



JORGE MANUEL PINTO LOPES LOUREIRO **PROGRAMAS DE INVESTIMENTO PARA IMIGRANTES:
UMA PERSPETIVA COMPARADA DE ABERTURA
LEGAL**



**JORGE MANUEL PINTO
LOPES LOUREIRO**

**PROGRAMAS DE INVESTIMENTO PARA IMIGRANTES:
UMA PERSPETIVA COMPARADA DE ABERTURA
LEGAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva Professora Auxiliar Convidada e co-orientação da Professora Doutora Maria Cristina do Nascimento Rodrigues Madeira Almeida de Sousa Gomes, Professora Auxiliar, ambas do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

O Júri

Presidente

Prof. Doutor Varqa Carlos Jalali

Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Jorge Silva Macaísta Malheiros

Professor Associado do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Prof^a. Doutora Maria Cristina do Nascimento Rodrigues Madeira Almeida de Sousa Gomes

Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Às minhas orientadoras Professora Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva e Professora Doutora Maria Cristina do Nascimento Rodrigues Madeira Almeida de Sousa Gomes, pelo rigor e excelência na orientação teórica e metodológica. Pelo incentivo nas horas mais difíceis e pelos momentos de troca de ideias e experiências.

Ao Tiago, à Bárbara, ao Gustavo e à Luciana, que conheci durante este percurso e que ficaram como amigos.

Ao Zé, amigo e colega de trabalho, com quem iniciei este caminho e partilhei inúmeras vivências.

Ao Hugo pela amizade de longa data e por todo o apoio logístico.

À minha Família por fazerem parte de todos os momentos e fazerem parte de mim.

A todos os que me ajudaram.

A quem me mostrou o caminho.

palavras-chave

Programas de investimento, imigração, abertura legal, análise comparada.

resumo

Os programas de investimento para imigrantes são geralmente considerados ferramentas de captação de investimento externo. Contudo, diferentes países institucionalizaram mecanismos com diferentes graus de abertura legal. Neste contexto, esta dissertação propõe-se analisar duas dimensões inter-relacionadas. Em primeiro lugar, é proposto um quadro analítico que permite estimar em que medida o enquadramento legal permite maior margem de manobra dos diferentes países para atrair investimento externo. Este quadro analítico é composto por dois domínios: os requisitos exigidos a cada investidor e os benefícios atribuídos em troca do investimento realizado. O quadro analítico proposto nesta dissertação permite, assim, estimar um índice de abertura legal dos programas de investimento. Em segundo lugar, esta dissertação procura aplicar este índice à análise do enquadramento legal em vigor em vinte e um países. Para além de se confirmar a existência de diferentes graus de abertura legal, é possível estimar-se quais os fatores que potencialmente explicam as diferenças encontradas. A investigação conduzida no âmbito desta dissertação permite identificar conjuntos de países, de acordo com o seu grau de abertura legal e também consoante a tipologia de programa. Além disso, parece existir uma relação negativa e significativa entre o grau de abertura legal dos programas de investimento e o nível de desenvolvimento socioeconómico dos países e o grau em que as pessoas e instituições são sujeitas e *accountable* perante a legislação (*rule of law*). Os dados analisados sugerem que face a menores graus de desenvolvimento nestas áreas, os diferentes governos optam por definir programas de investimento para imigrantes mais permissivos (com maior abertura legal), potencialmente como uma estratégia de captação de investimento estrangeiro.

keywords

Investment programs, migration, legal opening, comparative analysis.

abstract

The Immigrant Investment programs are generally considered external investment attracting tools. However, different countries have institutionalized legal mechanisms with different degrees of legal opening. In this context, this work aims to analyse two interrelated dimensions. First, it proposes an analytical framework to estimate to what extent the legal outline allows greater leeway from different countries to attract foreign investment. This analytical framework is composed of two domains: the requirements to each investor and the benefits granted in exchange for the investment. The analytical agenda proposed in this paper thus allows to estimate a legal opening index of investment programs. Secondly, this dissertation seeks to apply this index to the analysis of the legal framework in force in twenty-one countries. In addition to confirm the existence of different degrees of legal opening, it is possible to estimate what the factors that potentially explain the differences. The research carried out within this dissertation allows the identification of groups of countries, according to their degree of legal opening and also according to the type of program. In addition, there appears to be a negative and significant relationship between the degree of legal opening of investment programs and the level of socioeconomic development of countries and the degree to which individuals and institutions are subject and accountable to the rule of law. The data analysed suggest that in the face of lower degrees of development in these areas, different governments choose to define more permissive investment programs for immigrants (with greater legal opening), potentially as a strategy for attracting foreign investment.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 - Enquadramento teórico	5
1.1 – Introdução	5
1.2 - Modelos teóricos de Imigração	6
1.3 - A Tipologia de Migrantes	7
1.4 - Imigração e Globalização	8
1.5 - Direitos de soberania – Residência e Cidadania	9
1.6 - Os programas de investimento	11
1.7 - Tipos de investimento: setor privado	15
1.7.1 - Investimento em empresas ou em fundos privados	15
1.7.2 - Investimento no setor imobiliário	17
1.8 - Tipos de investimento: setor público.....	19
1.8.1 - Investimento a fundo perdido – “Doações”	19
1.8.2 - Investimento em fundos públicos sem rendimento.....	20
1.8.3 - Investimento em fundos públicos com rendimento.....	20
Capítulo 2 – Enquadramento metodológico	23
2.1 - Introdução	23
2.2 - Objetivos	23
2.3 - Hipóteses de investigação	25
2.4 - Orientações metodológicas da investigação empírica.....	29
2.4.1 - Os requisitos dos programas de investimento.....	30
2.4.2 - Os benefícios dos programas de investimento.....	32
2.5 - A amostra.....	34
2.6 - As fontes de informação	35
Capítulo 3 - Abertura legal dos programas de investimento	37
3.1 - Introdução	37
3.1 - Requisitos	37
3.1.1 - Tipologias de Investimento	38
3.1.2 - Montante de Investimento	41
3.1.3 - Espaço temporal de investimento.....	44
3.1.4 - Experiência prévia em investimentos	46
3.1.5 - Espaço temporal de permanência física no país.....	48
3.2 - Benefícios	50

3.2.1 - Validade temporal do direito concedido.....	51
3.2.2 - Direito concedido	52
3.2.3 - Possibilidade de reagrupamento familiar.....	55
3.3 - O índice global de abertura legal	56
3.3.1 – Elementos constitutivos do índice de abertura legal.....	59
3.3.2 – Fatores explicativos da permeabilidade do índice de abertura legal	64
3.4 - Conclusão	70
Capítulo 4 – Notas conclusivas	71
Bibliografia.....	75
Anexo 1 – Tabela de Codificação do Índice de Abertura Legal	79
Anexo 2 – Fontes de informação, por país, para codificação dos indicadores.	81
Anexo 3 – Questionário enviado às autoridades/agências governamentais.....	87

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Resumo estatístico ARI.....	18
Tabela 2 - Requisitos dos programas de investimento	30
Tabela 3 - Benefícios dos programas de investimento	33
Tabela 4 - Indicadores e índice global de abertura formal (coeficientes de correlação)...	59

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Formas de investimento.	39
Gráfico 2 - Montante de Investimento.	42
Gráfico 3 - Espaço temporal de investimento.	45
Gráfico 4 - Experiência prévia em investimentos.	47
Gráfico 5 - Permanência física no país.	49
Gráfico 6 - Validade do direito concedido.	51
Gráfico 7 - Direito concedido.	53
Gráfico 8 - Índice de Abertura Legal.	56
Gráfico 9 - Relação entre benefícios e requisitos	63
Gráfico 10 - Relação entre o Índice de Abertura Legal e o IDH.....	65
Gráfico 11 - Relação entre o Índice de Abertura Legal e Riqueza.....	67
Gráfico 12 - Relação entre o Índice de Abertura Legal e o Estado de Direito.	69

Introdução

Com esta dissertação pretende-se analisar os programas de investimento para imigrantes, comumente designados por Vistos Gold ou *Golden Visa*. Procura-se identificar os diferentes elementos constitutivos destes programas numa perspetiva comparada e construir um índice de abertura legal, refletindo os requisitos e benefícios de cada programa.

Tal como referem alguns autores, nomeadamente, Bongardt & Neves (2014); Mesquita (2014), os programas de investimento funcionam como mecanismos de captação de investimento externo, implementados politicamente por diferentes países. Estes programas conferem a possibilidade, a potenciais imigrantes, de efetuarem um investimento em determinado país, mediante o qual lhes é concedido um direito de soberania: residência ou cidadania conforme a escolha política dos países (Dzankic, 2015; Sumption & Hooper, 2014).

Portanto, estes programas de investimento são direcionados a uma classe especial de imigrantes: imigrantes investidores, que recorrem aos programas de investimento como forma de garantir a sua residência ou cidadania em países com condições sociais, económicas, políticas e de segurança mais atrativas (Bongardt & Neves, 2014; Mesquita, 2014; Trindade, 1995). Apesar de se tratar de um mecanismo relativamente comum no contexto europeu e com alguma tradição nomeadamente nos Estados Unidos da América, não existem estudos comparados que permitam: compreender os instrumentos inerentes a estes programas de investimento; distinguir as suas diferentes características e de que forma o respetivo enquadramento legal reflete diferentes graus de abertura legal à captação de imigrantes. Além disso, com esta dissertação procura-se compreender quais os fatores que potencialmente explicam diferentes graus de permeabilidade dos diferentes programas adotados pelos diferentes países. Assim, este estudo assume importância acrescida, uma vez que apenas são conhecidos relatórios descritivos, sem que contemplem uma investigação e análise mais alargada e comparada, relacionada com o grau de abertura legal que cada um destes programas encerra. Contudo, descobriram-se, no desenvolvimento deste estudo, outros índices construídos por sociedades de advogados internacionais: a Artion Capital¹ e a Henley & Partners (2016). Mas, estes índices não têm a mesma natureza do que se propõe uma vez que misturam e englobam, na sua construção, elementos constitutivos

¹ Ver *Artion Index* disponível em <http://www.artioncapital.com/tools/artion-index/> consultado a 28-08-2016.

dos programas e fatores externos, ou seja, não refletem unicamente a abertura legal uma vez que consideram fatores externos como o grau de mobilidade que se pode obter através destes programas (número de países para os quais é possível viajar sem a obrigatoriedade de visto), a qualidade de vida ou a reputação do país (Henley & Partners, 2016, p. 5). Também não apresentam uma metodologia clara de construção do índice, apesar de identificarem as dimensões avaliadas, não especificam a sua forma de medição. Um destes índices, elaborado pela Arton Capital, enumera um conjunto considerável de países analisados, mas depois apresenta um índice com apenas 12 casos, não explicando a não inclusão dos restantes². Estes índices são construídos por sociedades que promovem os diferentes programas de investimento, assumido uma vertente iminentemente voltada para o imigrante investidor³, procurando refletir a atratividade dos programas de investimento e não a abertura legal, referindo-o claramente (Henley & Partners, 2016, p. 43). Assim, o índice que se propõe reflete a abertura legal dos programas de investimento e considera fatores externos que podem ser potencialmente explicativos da abertura legal, separando, assim, estas duas dimensões.

Assim, com esta análise, em que também se procurou descrever, brevemente, o contexto português, pretende-se desenvolver uma perspetiva comparada considerando a oferta apresentada pelos diferentes países que já aderiram a estes instrumentos. Em Portugal, criada em 2012, a autorização de residência para investimento, A.R.I, (cf. Lei 29/2012 de 9 de agosto) já possibilitou um investimento total em território nacional superior a 2.300 milhões de euros, tendo sido concedidos mais de 9.800 títulos de residência, na maioria dos casos a cidadãos de nacionalidade chinesa⁴. Pela observação destes números, rapidamente se percebe a importância destes instrumentos na captação de investimento direto externo. Sabe-se que, um pouco por todo o mundo, os imigrantes que mais recorrem a estes programas são os de nacionalidade chinesa (Singer & Galdes, 2014; Sumption & Hooper, 2014). Depois, consoante os países, existem cidadãos de nacionalidade russa, brasileira, sul-coreana, entre outros.

Como objetivos desta dissertação, procura-se perceber de que forma os diferentes benefícios e requisitos afetam o grau de abertura legal dos programas de investimento. Analisar-se-á, também, a influência que outros fatores como: indicadores

² Ver *Arton Index - Industry benchmark of Global Citizen Programs* disponível em <http://www.artoncapital.com/tools/arton-index/> consultado a 20-10-2016.

³ Ver *Grenada Ranks FIRST Globally* disponível em <http://www.cbi.gov.gd/grenada-ranks-first-globally/> consultado a 20-10-2016.

⁴ Ver mapa estatístico ARI disponível em http://www.sef.pt/documentos/56/ARI_PT_SET2016.pdf consultado a 20-10-2016.

de desenvolvimento socioeconómico (produto interno bruto, desenvolvimento humano) e estabilidade social (*Rule of Law*), podem exercer sobre a mesma abertura formal.

Assim, no desenvolvimento do trabalho que agora se apresenta, num primeiro capítulo procedeu-se a um breve enquadramento teórico para suporte à análise dos programas de investimento económico. A referência às teorias migratórias deve-se à necessidade de fazer sobressair algumas das especificidades deste tipo de mobilidade, bem como a conceptualização dos direitos de soberania (residência e cidadania) e, por fim, as características/tipologias dos programas de investimento. No segundo capítulo procedeu-se à análise dos diferentes tipos de programas de investimento, em vigor no ano de 2014, tendo-se explicitado a metodologia adotada, as variáveis inerentes aos programas de investimento bem como a forma de medida. Também, neste capítulo, são expostas as hipóteses a testar, e os dados recolhidos para a análise. No terceiro capítulo é apresentada a análise de dados e o índice de abertura legal que foi construído. Finalmente no último capítulo são apresentadas as conclusões do trabalho.

Capítulo 1 - Enquadramento teórico

1.1 – Introdução

Os fenómenos migratórios existem desde os primórdios da humanidade. De uma forma geral, estes movimentos consistem na circulação de pessoas de uma área geográfica para a outra (Borjas, 2001). Este movimento pode ser interno (dentro do mesmo país) ou internacional (de um país para outro). Esta dissertação centra-se na análise de movimentos migratórios internacionais.

São diferentes as causas que levam à migração, mas, de uma forma ou de outra, o fator mais importante e com mais peso para este processo é a procura de melhores condições de vida e de bem-estar (Castles, 2012; Lee, 1969; Trindade, 1995). Estes movimentos populacionais modelam estados, regiões, sociedades, a economia e até a política. Atualmente, estima-se que 3% da população mundial seja imigrante (Lechner, 2010, p. 7). Para além da sua expressão estatística, tem sido destacada a importância destes movimentos quer para garantir a manutenção de efetivos populacionais em populações envelhecidas (migrações de substituição), quer como um importante mecanismo para a economia dos diferentes países (Castles & Miller, 2009). Atualmente, muitos destes movimentos, são forçados, provocados pelas transformações no contexto geopolítico do Magreb, próximo oriente e a emergência do surgimento de organizações terroristas. Estes conflitos têm contribuído para o aumentado significativo dos fluxos, pelo que estes números podem ser mais elevados, não existindo, porém, dados concretos e fidedignos sobre a totalidade dos migrantes atuais. Acresce que, este um fenómeno em constante mutação (Castles & Miller, 2009) e em que a ocorrência de tensões sociais, económicas ou políticas podem facilmente desencadear movimentações, potenciadas pelo continuo desenvolvimento e aumento do atual contexto de redes de comunicações e transporte.

A migração é um fenómeno complexo e multifacetado, sendo os migrantes os atores principais desta complexidade. Existindo diferentes tipos de migrantes, este estudo foca-se nos migrantes investidores: aqueles que se deslocam, para outro estado, com o objetivo de efetuarem investimentos (Trindade, 1995). Estes migrantes investidores, ao efetuarem investimentos em estados que não o próprio, procuram a concessão de direitos de soberania: residência ou cidadania, para usufruírem de uma maior mobilidade a nível mundial (Carrera, 2014; Kalin, 2015; Sumption & Hooper, 2014).

Face a este enquadramento, este capítulo dedica-se à análise dos modelos teóricos sobre imigração e apresenta uma tipologia de imigrantes, para que se

compreenda a tipologia específica em foco nesta dissertação. Posteriormente, é apresentada a interconectividade dos fenómenos migratórios com a globalização. Com efeito, a globalização apresenta um forte suporte ao movimento internacional de capitais que fortemente influenciam os mecanismos de captação de investimento retratados. Seguidamente, conceptualizam-se os direitos de soberania: residência e cidadania; tal é a sua importância para o estudo desenvolvido, por serem os direitos que os imigrantes procuram através das soluções disponibilizadas pelos diferentes países. Este capítulo, termina com uma análise teórica à tipologia de programas de investimento, refletindo sobre as suas principais características.

Na próxima secção abordam-se alguns modelos teóricos de imigração.

1.2 - Modelos teóricos de Imigração

Um dos primeiros estudiosos das migrações foi Ravenstein (1885, 1889). A sua teoria serviu de base aos modelos modernos de atração-repulsão, denominados vulgarmente por *push-pull* (Jakson, 1991), que consideram que existem fatores *push*, que levam as pessoas a sair dos seus países, e fatores *pull*, que atraem as pessoas e as influenciam na escolha dos países para os quais se deslocam. Este modelo neoclássico observa um agente racional que, ao considerar as características de dois locais A e B, decide pela permanência ou pela migração. Outros autores, como Lee (1969), realizaram uma generalização teórica deste modelo, apresentando a ideia de que a conjugação individual de fatores de atração e repulsão em conjunto com uma série de obstáculos à deslocação (como a distância) explicam o fenómeno migratório. Simplificando, para Lee (1969), os fatores que determinam a migração podem estar associados à área de origem ou destino: atração/repulsão (motivos económicos ou políticos, infraestruturas sociais, ou fatores climáticos), obstáculos à deslocação (distância, custo da deslocação, leis migratórias, dimensão da família) e motivos pessoais (posição no ciclo de vida, contactos e fontes de informação). Estes pressupostos permanecem nos atuais modelos de *push-pull*. Como referem Castles e Miller (2009), existem fatores, como os políticos e ambientais, que podem funcionar como atração e repulsão na mesma situação, tendo em conta a escolha racional do migrante que pretende melhorar o seu bem-estar.

Os modelos *push-pull* explicam e suportam teoricamente o processo migratório que leva a que cidadãos de diferentes nacionalidades recorram aos vários programas de investimento. A procura de melhores condições ambientais (sabidas que são as condições vividas em muitas cidades chinesas, por exemplo), maior segurança para os investimentos (uma segunda opção ou “plano B”), melhores condições sociais para as

suas famílias, uma melhor situação política ou uma maior mobilidade constituem os fatores mais importantes na seleção deste instrumento disponibilizado pelos diferentes países ao nível mundial (Castles & Miller, 2009; Kalin, 2015; Sumption & Hooper, 2014).

Os fenómenos migratórios tendem a manter-se durante algum tempo, senão mesmo, por bastante tempo, podendo alcançar a totalidade de uma vida ativa a nível pessoal (Castles & Miller, 2009). Neste sentido, é importante explicar, no contexto aqui retratado, como se mantêm os processos migratórios. A teoria que melhor explica a manutenção do processo migratório em análise é a Teoria das Instituições, em que se defende que as organizações e instituições, como o Estado, suportam, apoiam e promovem os movimentos internacionais (McKay & Whitelaw, 1977). Estes modelos teóricos de promoção e manutenção das migrações suportam a categoria de migrantes investidores, uma vez que estes, ao procurarem os países com programas de investimento, ambicionam melhores condições de segurança dos seus recursos financeiros e melhores condições ambientais e políticas. Estes fatores, *push-pull*, estão intimamente relacionados com a motivação de cidadãos de várias nacionalidades (algumas com mais incidência) em recorrer ao mecanismo adotado em muitos países, que prevê a atribuição de direitos de residência ou cidadania, a quem efetue investimentos de elevada magnitude.

Seguidamente, faz-se uma abordagem aos diferentes tipos de migrantes, considerando os imigrantes investidores, os quais procuram os programas de investimento como veículo migratório.

1.3 - A Tipologia de Migrantes

Além do enquadramento nos modelos teóricos migratórios, importa também considerar as diferentes tipologias de migrantes e identificar os imigrantes-alvo do presente estudo, os investidores. Neste sentido, Trindade (1995) sugere uma tipologia que enquadra cinco tipos de migrantes. O primeiro tipo de migrante reporta-se aos requerentes de asilo. Esta tipologia refere-se aos casos em que um migrante, durante a permanência num estado que não o da sua nacionalidade, solicita asilo de acordo com a legislação nacional ou internacional. O segundo tipo de migrantes refere-se aos refugiados, quando se verifica uma deslocação, de um estado para outro, em função de perseguição por razões religiosas, de etnia ou políticas. O terceiro tipo de migrantes são classificados como não ativos, migrantes que se deslocam para um estado, que não o próprio, por motivos de estudo, formação profissional, realização de estágios ou outro motivo não relacionado com uma atividade profissional. O quarto tipo de migrantes são

identificados como ativos, migrantes que se deslocam para outro estado, com o objetivo de ali desempenharem uma atividade profissional remunerada. Por fim, são considerados os migrantes investidores, aqueles que se deslocam para um estado de outra nacionalidade com o objetivo de efetuarem um investimento de capital. O investimento de capital pode ser efetuado através da compra de imobiliário, investimento em fundos ou criação de emprego (Matias, 2014; Sumption & Hooper, 2014). Esta última categoria de imigrantes investidores é a categoria em equação no presente estudo.

Os modelos teóricos de promoção e manutenção das migrações (McKay & Whitelaw, 1977) suportam a categoria de migrantes investidores, uma vez que estes, ao procurarem os países com programas de autorizações de residência para investimento, ambicionam melhores condições de segurança dos seus recursos financeiros e melhores condições ambientais e políticas. Por outro lado, o papel do Estado, nos diferentes países, ao criar e manter a legislação que permite e incentiva estes processos, proporciona condições para a continuidade deste fenómeno. Os Estados implementam, cancelam e retomam estes processos conforme consideram que lhes é ou não mais vantajoso. Trata-se de um fenómeno migratório que não é novo, mas que apresenta características muito específicas, como descrito mais à frente. Este fenómeno migratório é também suportado e incentivado pela globalização.

1.4 - Imigração e Globalização

Globalização e migrações são processos inter-relacionados, pois muitos dos seus mecanismos são transversais (Castles & Miller, 2009). A transversalidade destes mecanismos implica que sejam diretamente proporcionais no seu desenvolvimento. O crescimento da globalização proporciona o aumento dos fenómenos migratórios e o movimento transfronteiriço de pessoas incrementa e multiplica o fenómeno da globalização. Do ponto de vista histórico, o início do processo de globalização coincide com o fim da guerra fria (Reich, 1998), momento em que muitas barreiras foram abolidas ou suavizadas e em que se permitiu um maior movimento transfronteiriço. Mas, é preciso ter algum cuidado na aplicação do termo globalização, uma vez que passou a ser utilizado de forma pouco rigorosa e pouco científica do ponto de vista conceptual. O processo de Globalização contém pelo menos seis aspetos que devem ser considerados: a mudança dos conceitos de espaço e tempo, as interações culturais aumentaram, os problemas mundiais tornaram-se comuns, existem ligações e dependências crescentes, as organizações internacionais estão cada vez mais desenvolvidas e a sincronização de todas as dimensões da globalização (Cohen, 2005, pp. 25–26)

Podemos identificar como mecanismos-chave da globalização as novas tecnologias de informação e comunicação e também o desenvolvimento e a massificação dos meios de transporte, que permitiram viagens e transportes mais acessíveis para pessoas e produtos. Held *et al.* (1999) caracterizam a globalização como o alargar, aprofundar e acelerar da interconetividade mundial em todos os aspetos da vida social contemporânea. Esta caracterização indica um aspeto fundamental da globalização, que são os diversos fluxos fronteiriços (financeiros, políticos, culturais, de informação, de tecnologia e de pessoas).

Todo este desenvolvimento dos meios de comunicação que potenciou e sustentou a mobilidade de populações e informação, caracterizou marcadamente este fenómeno como económico, aumentando as diferenças entre ricos e pobres, contribuindo para uma revolução demográfica a nível global (Lechner, 2010). Este processo de globalização tem vindo a ser, por isso, considerado por muitos académicos como sendo sobretudo económico (Porta, 2005). De facto, esta globalização do sistema económico permitiu um crescente aumento das transações de capitais, possibilitando cada vez mais os investimentos transfronteiriços e o comércio (Porta, 2005). A globalização conta com características identificáveis, sendo as mais importantes no contexto deste trabalho o fluxo fronteiriço: de pessoas, financeiro (relativo aos capitais envolvidos) e político (relativo à adoção dos mesmos mecanismos de captação de investimento por diferentes países). Porém, não podemos descartar outras características e fluxos fronteiriços, uma vez que também a “globalização” destes programas de investimento compreende uma vasta conjugação desses fluxos e características. Este propagar dos programas de investimento pelos diferentes países (Sumption & Hooper, 2014), transpõe uma certa imitação dos modelos que já existem. Esta reprodução de uma política pública traduz um certo isomorfismo mimético (DiMaggio & Powell, 1983), quando os países sentem necessidade de implementar estes mecanismos, baseando-se naqueles que já existem, tentando adaptá-los às suas próprias realidades e necessidades.

1.5 - Direitos de soberania – Residência e Cidadania

Theoretically, sovereignty is nowhere more absolute than in matters of emigration, naturalization, nationality and expulsion. . . .

(Arendt, 1972, p. 278)

Residência e cidadania são direitos de soberania que constituem benefícios importantes dos programas de investimento. Tratam-se de benefícios importantes uma

vez que são, também, um dos objetivos dos imigrantes ao recorrerem aos programas de investimento: a obtenção de cidadania ou autorização de residência em determinado país. A cidadania surge muitas vezes associada ao conceito de nacionalidade, mas, contendo algumas diferenças, são interdependentes como aqui analisamos. Soberania, cidadania, nacionalidade e residência são conceitos que serão assumidos numa dimensão iminentemente jurídica e importa defini-los nesse sentido.

A soberania, como conceito da lei internacional, contém três dimensões fundamentais relativamente a um dado país: dimensão externa, dimensão interna e dimensão territorial (Perruchoud & Redpath-Cross, 2011). A dimensão externa da soberania diz respeito ao direito de um país se relacionar com outros países, sem o controlo de um terceiro. Esta dimensão é também conhecida como independência. A dimensão interna da soberania contém os aspetos da organização institucional interna de um país, a capacidade e escolha das leis e os mecanismos criados para o seu controlo e cumprimento. Por fim, a dimensão territorial da soberania diz respeito à autoridade que um país exerce sobre as pessoas ou coisas que se encontrem dentro das suas fronteiras. No contexto migratório, esta dimensão territorial confere ao país a prerrogativa de admitir no seu território não nacionais, imigrantes, de os deixar residir, conferindo-lhes autorização de residência ou cidadania, conforme as leis nacionais. Temos utilizado o termo cidadania uma vez que a literatura existente, sobre programas de investimento, assim o refere. Mas, a cidadania conferida por estes países é na verdade nacionalidade, atribuída por investimento (Kalin, 2015), por isso, conceptualizamos como nacionalidade.

Também o conceito de nacionalidade é aqui analisado do ponto de vista jurídico. A nacionalidade é um vínculo jurídico que liga uma pessoa a um país (Costa, 2004). A nacionalidade pode ser: originária, quando corresponde àquela obtida pela pessoa no momento do seu nascimento; ou pode ser secundária quando adquirida por meio da naturalização (Epifânio, 2013). Como critérios para a atribuição da nacionalidade originária, podemos identificar o *jus solis*, o *jus sanguinis* ou uma combinação dos dois (Epifânio, 2013; Venturini, 2004). Para a atribuição da nacionalidade, o *jus solis* leva em consideração o local de nascimento, por outro lado, o *jus sanguinis* considera a origem sanguínea, ou seja, a nacionalidade dos progenitores. No âmbito do nosso estudo, a nacionalidade em equação é a nacionalidade secundária, porque é aquela que é atribuída por critérios de legislação nacional no seguimento dos programas de investimento.

A nacionalidade é, também, um pressuposto ou veículo essencial ao exercício da cidadania (Clemente & Nascimento, 2011). Na verdade, nacionalidade e cidadania

vivem numa relação complexa e interdependente (McCrone & Kiely, 2000), em que a cidadania é a capacidade de um cidadão exercer os seus direitos políticos e civis dentro do estado ao qual pertence, do qual é nacional (Epifânio, 2013). O conceito de cidadania é encarado segundo várias perspetivas, numa visão abrangente, contendo 3 dimensões: legal, política e social (Iija, 2011). Primeiro, a dimensão legal compreende direitos como votar, ser eleito e o direito à propriedade; a dimensão social implica que o cidadão veja os outros como iguais (Baubock, 2014), condição necessária para que os direitos consagrados na lei sejam efetivos; a dimensão política diz respeito a participação dos cidadãos na sociedade, exercendo direitos que lhe são conferidos legalmente. Observando estas três dimensões da cidadania, rapidamente percebemos que não podem existir independentemente uma das outras, de facto, cada dimensão relaciona-se com as outras de forma dependente. Não entrando em discussões específicas, uma vez que não é o objetivo deste estudo, como o caso do Reino Unido em que certos autores (McCrone & Kiely, 2000) distanciam cidadania e nacionalidade. Consideramos, nesta dissertação, nacionalidade e cidadania na ótica de Clemente & Nascimento (2011) em que para o exercício da cidadania é necessária a nacionalidade, no caso de nacionais que residem no próprio país. Por questões de uniformidade com a terminologia referida nos diferentes programas de investimento, usamos o termo cidadania.

Relativamente à residência, é um direito de soberania, concedido pelo Estado a um imigrante, materializando-se num documento, a autorização de residência, que é emitido ao emigrante nos programas de investimento, segundo as regras plasmadas na legislação nacional de cada país. Não existe uma definição formal, trata-se de um documento que legitima a permanência de um estrangeiro no território de um outro país. Referem Perruchoud & Redpath-Cross (2011), que a autorização de residência é um documento emitido pelas autoridades competentes de um país, a um não nacional, atribuindo-lhe o direito de viver nesse país durante a validade do documento.

Na próxima secção abordamos os programas de investimento. Analisamos diferentes tipologias segundo características endógenas: requisitos e direitos atribuídos.

1.6 - Os programas de investimento

Há mais de trinta anos que alguns países começaram a atribuir autorizações de residência ou cidadania a indivíduos com elevado poder económico e com interesse em investir quantias relativamente elevadas nos países de acolhimento. Nas últimas décadas, vários países têm investido na definição legal destes programas de investimento e, em muitos destes países, a sua adoção tem estado envolta em críticas,

como, por exemplo, em Portugal. Naturalmente, importa compreender que fatores explicam a procura por estes programas de investimento e em que consistem estes programas de investimento.

Podemos encontrar nas teorias migratórias elementos explicativos para esta procura, como a busca de melhores condições de vida e segurança dos investimentos individuais, assim como nas próprias características dos programas, os quais proporcionam a atribuição de importantes direitos que além de serem aliciantes potenciam a qualidade de vida. Estes investidores procuram melhores condições de vida, ambientais, políticas ou de segurança para eles próprios, família e para os seus recursos financeiros. Procuram também uma maior mobilidade ao nível mundial (Dzankic, 2014). É importante considerar que, depois de concedidas estas autorizações de residência ou cidadania, os seus beneficiários têm um mundo novo ao seu alcance: no caso da Europa, podem viajar para todo o espaço Schengen sem necessidade de visto adicional; no caso de adquirirem a cidadania de São Cristóvão e Nevis podem viajar, com isenção de visto, para mais de 120 países ou territórios. São Cristóvão e Nevis é, de facto, um país que se equipara aos Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Suíça ou Hong Kong, em que os portadores destes passaportes têm à sua disposição um maior número de destinos sem a obrigatoriedade de visto, como por exemplo para o espaço Schengen (cf. *Travel Information Manual*⁵). Outro fator que influencia a opção por estes programas é o regime de impostos nos países de destino, como Singapura e São Cristóvão e Nevis, que oferecem planos muito favoráveis do ponto de vista fiscal⁶.

Um elemento controverso neste tipo de programas de investimento é o tempo mínimo anual de permanência física/residência, nos respetivos territórios, que os diferentes países exigem, o que, em certos casos, pode não reunir consenso sobre se realmente estamos perante imigração ou não (Carrera, 2014; Johnston, 2013; Sumption & Hooper, 2014). Este período mínimo de residência pode variar bastante, por exemplo, entre a sua inexistência como em alguns países das Caraíbas: São Cristóvão e Nevis, Domínica, Granada, ou em países europeus: Chipre, Malta, Hungria, Grécia ou Irlanda; ou com períodos reduzidos como: 7 dias, no caso de Portugal⁷; ou mais elevado como: 185 dias, no caso do Reino Unido (Sumption & Hooper, 2014).

Claro que os diferentes países ao disponibilizarem estes programas de investimento procuram maximizar a utilidade/rendimento para a economia nacional.

⁵ Este documento é de acesso restrito.

⁶ Ver *Benefits – Citizenship by Investment* disponível em <http://www.ciu.govt.kn/citizenship/benefits/> consultado a 09-10-2016.

⁷ Despacho n.º 1661-A/2013.

Porém, quanto mais restritivos forem estes programas menos procura poderão ter. Por outro lado, os menos restritivos podem estar mais sujeitos a diferentes tipos de fraudes e aproveitamento. Por isso, o desenho legal destes instrumentos, que reflete as escolhas políticas dos diferentes governos, reveste-se de grande importância para que, por um lado, seja atrativo, mas, por outro, se possa realizar o controlo necessário para evitar esquemas e fraudes que, como sabemos, andam de mão dada com as elevadas somas monetárias envolvidas (Carrera, 2014; Dzankic, 2014; Sumption & Hooper, 2014).

Existe um verdadeiro mercado de imigração para estes programas (Spiro, 2014). Este mercado de imigração e a forma como os estados escolhem os seus imigrantes para investirem nos seus programas, pode ser perspectivada sobre a política económica das políticas de imigração, nomeadamente sobre a teoria da escolha pública (Buckley, 1996). De facto, o desenho e construção, dos diferentes programas de investimento refletem as escolhas políticas de cada executivo e a forma como estes executivos pensam que as suas escolhas têm mais sucesso. A implementação destes mecanismos reflete a tomada de decisão dos governos em determinada política pública que, segundo as escolhas seguidas, serão economicamente mais favoráveis. Respondendo então a segunda pergunta atrás formulada, os programas de investimento constituem mecanismos de captação de investimento direto externo pelos diferentes Estados (Bongardt & Neves, 2014; Mesquita, 2014; Sumption & Hooper, 2014).

Os programas de investimento, conhecidos também por, *Significant Investor Program*, *Capital Investment Entrance Scheme*, *Excepcional Economic Contribution Category*, *Wealthy Foreign National Category*, *Global Investor Program*, *EB-5 Program*, *Autorização de Residência para Investimento*, *Autorização de Residência ao Abrigo da Lei de Apoio aos Empreendedores*, *Autorização de Residência para Investidores Estrangeiros*, *Autorização de Residência por Aquisição de Imóveis*, *Economic Citizenship*, *Citizenship by Investment*, *Individual Investor Program*, *Investment Immigration Program*, *Tier 1 – Investor*, *Migrant Investment*, assumem uma diversidade de modelos, consoante os países que os disponibilizam. Variam os montantes exigidos para investimento, a forma de investir este montante, os requisitos de residência, a validade das autorizações de residência emitidas, a permissão, ou não, de aceder à nacionalidade no decurso do tempo e o direito concedido: autorização de residência ou cidadania. No caso de concessão de autorização de residência, todos os programas partilham o fundamental: um investimento considerável na economia do país recetor. Para além das autorizações de residência, existem ainda países que, a troco de investimento ou doações a fundo perdido aos Estados, concedem a cidadania a cidadãos estrangeiros, de forma imediata

ou com um curto período de residência precedente. É o caso de alguns países das Caraíbas, Dominica, São Cristóvão e Nevis, Antígua e Barbuda, Granada, Chipre e Malta (cidadania após 12 meses de residência) (Kalin, 2015). O caso das doações aos Estados funciona, formalmente, como investimentos em fundos públicos sem possibilidade de retorno, a fundo perdido, exemplo é o *National Development Fund* de Antígua e Barbuda, que requer uma contribuição não reembolsável de, no mínimo, 180.000 euros.

Este tipo de investimentos está em vigor há mais de 30 anos e existem, de momento, em mais de 20 países no mundo que disponibilizam este tipo de soluções. Atualmente, assistimos ao proliferar da adoção destes modelos nos países europeus, sendo muitos os países que já aderiram a este verdadeiro *mercado*: Irlanda, Reino Unido, Espanha, Portugal, França, Holanda, Chipre, Malta, Grécia, Letónia, Hungria (Sumption & Hooper, 2014). A lei da oferta e da procura funciona neste tipo de *mercado*. Tem aumentado a procura por este tipo de soluções e, como já foi dito, também tem aumentado o número de países que as disponibilizam (Sumption & Hooper, 2014), ainda que alguns tenham suspenso os seus programas, como por exemplo o programa federal do Canadá⁸. Curiosamente o Québec, província do Canadá, manteve o seu programa de investimento para imigrantes, talvez porque durante a aplicação do programa federal o Québec foi a província que recebeu menos migrantes investidores (Division, 2014).

Em Portugal, este programa foi adotado em 2012 e as autorizações de residência emitidas ao abrigo deste programa já representam um total investimento superior a dois mil milhões de euros. Hong Kong, ao abrigo do seu programa designado *Capital Investment Entrance Scheme*, emitiu cerca de 28.000 destes documentos entre 2003 e 31 de dezembro de 2014⁹. A Letónia emitiu cerca de 9000 entre 2010 e 2014¹⁰. Números relativos a países das Caraíbas, que concedem a cidadania por via de investimento e, outros como Singapura, não estão disponíveis.

As principais características distintivas dos vários programas de investimento recaem no montante inicial de investimento e no tipo ou tipos de investimento que são exigidos/permitidos pelos diferentes Estados; mas também no direito concedido. Estas e outras dimensões vão ser estudadas com mais pormenor no desenvolvimento do restante trabalho.

⁸ Ver *Federal Immigrant Investor* disponível em <http://www.cic.gc.ca/english/immigrate/IIP-EN.asp> consultado aos 20-07-2016

⁹ Ver *Capital Investment Entrance Scheme* disponível em http://www.immd.gov.hk/publications/a_report_2014/en/ch1.html#c8 consultado aos 28-08-2016

¹⁰ Ver *Ad-Hoc Query on Wealthy Immigrants* disponível em

O aspeto mais evidente entre os diferentes programas existentes é a diversidade/disparidade de valores mínimos de investimento exigidos pelos diferentes países. Estes valores, conforme os países, são referentes a diferentes tipos de investimento e concedem diferentes tipos de benefícios. Vejamos Dominica e Antígua e Barbuda, que concedem a cidadania por investimentos em fundos de interesse nacional, sem possibilidade de retorno, basicamente correspondem a doações. Países como Grécia, Portugal e Letónia concedem direitos de residência pelo investimento em imobiliário, principalmente. Nos casos de EUA, Austrália, Holanda, Singapura e França os investimentos devem ser efetuados através de investimentos em fundos públicos ou privados, financiamento empresarial direto ou criação de empresas (Sumption & Hooper, 2014). É verdade, pelo menos em parte, que os países que concedem direitos mais alargados, como a cidadania, são os que requerem um investimento mais reduzido. No entanto, há que considerar que estes investimentos funcionam como doações, fundo perdido, não tendo qualquer tipo de retorno. O caso dos países europeus, Chipre e Malta, que concedem cidadania exigem investimentos mais elevados, comparados com os montantes exigidos pelos países das Caraíbas (Dzankic, 2014, 2015; Kalin, 2015).

Verifica-se, então, que os tipos de investimento exigidos englobam duas categorias principais: investimento no setor privado ou investimento no setor público. O primeiro destina-se principalmente à criação de emprego e à promoção do investimento externo na economia, o segundo aponta para o aumento das receitas do Estado, seja por investimentos a fundo perdido, “doações”, seja com empréstimos com juros reduzidos ou nulos ou por investimento na dívida pública (caso de Espanha¹¹).

Seguidamente abordam-se os tipos de investimento no setor privado.

1.7 - Tipos de investimento: setor privado

1.7.1 - Investimento em empresas ou em fundos privados

Os investimentos no setor privado constituem uma forma de investimento proporcionada por alguns países. Este investimento pode ser efetuado diretamente em empresas ou em fundos que reúnem investimentos de várias pessoas e depois financiam as empresas designadas como prioritárias pelos Estados. Esta é a única forma de obter

<http://www.rijksoverheid.nl/bestanden/documenten-en-publicaties/rapporten/2014/02/20/emn-rapportage-ad-hoc-query-on-wealthy-immigrants/lp-v-j-0000005047.pdf> consultado aos 25-07-2016.

¹¹ Considera a possibilidade de investimento de 2M€ na dívida pública. Cf. Lei 14/2013, de 27 de setembro, de apoio aos empreendedores e sua internacionalização, Reino de Espanha.

autorização de residência por investimento nos EUA, através do programa EB-5¹², que exige um investimento mínimo de 410.000 euros, em áreas rurais ou especialmente afetadas pelo desemprego, 150% da média nacional. Estas áreas são denominadas de *Target Employment Areas* (TEA)¹³. Se o investimento não for efetuado nestas áreas, o investimento mínimo sobe para 840.000 euros. O montante pode ser aplicado diretamente nas empresas ou através de centros regionais de investimento¹⁴, especificamente criados pelos diferentes Estados, que se articulam com a autoridade de imigração americana, *United States Citizenship and Immigration Services* (USCIS).

Este tipo de investimento em empresas privadas, diretamente, ou em fundos que investem posteriormente na criação de novas empresas ou em empresas já existentes têm dois objetivos principais: a criação de emprego e estimular a economia (Kalin, 2015).

Há um país que se destaca, relativamente aos demais, pelo montante exigido, 10 milhões de euros, para ser aplicado: a França. O programa de investimento francês aponta principalmente para a criação de emprego e, apesar de conceder uma autorização de residência temporária válida por 10 anos, é bastante restritivo, o que é visível através do número das concessões efetuadas: apenas 6 em 2012 e 3 em 2013¹⁵.

Por outro lado, o programa de Singapura exige, para além de um montante de investimento considerável, experiência em investimentos e, também, que os montantes sejam aplicados em setores previamente definidos pelo Estado¹⁶. Este é um elemento bastante importante, pois, nos países em que os imigrantes são livres de investir em qualquer setor, podem fazê-lo sem qualquer conhecimento técnico e apenas com o objetivo de garantir os direitos de residência ou cidadania, desvirtuando e comprometendo, à partida, os objetivos das políticas. No caso dos EUA, que criaram o programa EB-5 em 1990, os centros regionais de investimento funcionam como fundos de investimento, angariando dinheiro de vários investidores. Este programa já originou diversos escândalos relacionados com fraude, nos quais os imigrantes “depositaram” o

¹² Ver *EB-5 Immigrant Investor Program* disponível em <https://www.uscis.gov/eb-5> consultado a 25-08-2016.

¹³ Ver *Target Employment Areas* disponível em <https://www.uscis.gov/working-united-states/permanent-workers/employment-based-immigration-fifth-preference-eb-5/about-eb-5-visa> consultado a 25-08-2016.

¹⁴ Ver *Immigrant Investor Regional Centers* disponível em <https://www.uscis.gov/working-united-states/permanent-workers/employment-based-immigration-fifth-preference-eb-5/immigrant-investor-regional-centers> consultado a 25-08-2016.

¹⁵ Ver *Ad-Hoc Query on Wealthy Immigrants* disponível em <http://www.rijksoverheid.nl/bestanden/documenten-en-publicaties/rapporten/2014/02/20/emn-rapportage-ad-hoc-query-on-wealthy-immigrants/lp-v-j-0000005047.pdf> consultado a 25-07-2016.

¹⁶ Ver *Global Investor Programme* disponível em <https://www.contactsingapore.sg/Media/ContactSingapore/EN/Investors%20and%20Business%20Owners/Invest%20in%20Singapore/Global%20Investor%20Programme/Global-Investor-Programme-Factsheet-EN-29-Mar-2016.pdf> consultado a 09-09-2016.

dinheiro nestes centros, mas não se realizou qualquer tipo de aplicação financeira. As fraudes atingiram milhões de dólares¹⁷.

Este tipo de programas pode gerar no imigrante investidor uma intenção de obtenção da autorização de residência permanente, para depois retirarem os seus investimentos que serviram de base à concessão deste título. A implementação e funcionamento destes programas representa, então, um desafio para os investidores e autoridades estatais, de forma que não sejam desvirtuados os objetivos dos programas disponibilizados.

Considerando as possibilidades de investimento no setor privado, analisamos seguidamente os investimentos no setor imobiliário.

1.7.2 - Investimento no setor imobiliário

Esta é a última aposta, especialmente dos países europeus, neste tipo de programas de investimento. Letónia (2010), Portugal (2012), Espanha (2013), Grécia (2013) são exemplos em que foram implementadas políticas de atração de investimento no setor imobiliário, no seguimento da crise iniciada nos primeiros anos do século XXI. Dados do Banco Central Europeu (Sumption & Hooper, 2014) apontam para uma redução do preço da habitação na ordem dos 47% na Letónia, 42 % em Espanha, 30% na Grécia e 14% em Portugal, entre 2007 e 2014. Neste sentido, estes países anunciaram e criaram programas de investimento, através da compra imobiliária, em que concediam autorizações de residência a cidadãos estrangeiros.

Salientamos que os programas de investimento, nestes países, para obtenção de autorização de residência compreendem outras oportunidades. No caso português, existe a possibilidade de transferência de capital no valor de 1 milhão de euros (depósito bancário) ou a criação de pelo menos 10 postos de trabalho. Em Espanha, além do imobiliário pode ser efetuada transferência de capital no valor de 1 milhão de euros (depósitos bancários ou fundos) ou investimento de 2 milhões de euros na dívida pública¹⁸. A Letónia e a Grécia, para além da opção imobiliária também aceitam investimento em fundos, no caso da letónia, ou em projetos empresariais no caso da Grécia¹⁹.

¹⁷ Ver *The dark, disturbing world of the visa-for-sale program* disponível em <http://fortune.com/2014/07/24/immigration-eb-5-visa-for-sale/> consultado a 26-08-2016.

¹⁸ *Ley 14/2013, de 27 de septiembre, de apoyo a los emprendedores y su internacionalización.*

¹⁹ Informação obtida através das respostas, ao questionário em anexo 3, recebidas das entidades letãs e gregas.

De entre estes programas imobiliários, o caso português, Autorização de Residência para Investimento (ARI), apresenta bastante sucesso, pelos números relativos ao investimento captado até à data. A tabela 1 apresenta um resumo estatístico do programa português, atualizado, considerando as suas várias dimensões.

Tabela 1²⁰ - Resumo estatístico ARI.

		2012	2013	2014	2015	2016	Total
Autorizações de residência para investimento		2	494	1526	766	1195	3983
Autorizações de residência a familiares reagrupados		--	576	2395	1322	1946	6239
Autorizações de residência por tipo de investimento	Aquisição de imóveis	--					3759
	Transferência de capital	--					218
	Criação de emprego	--					6
Nacionalidades		China – 2926 Brasil – 220 Rússia – 142 África do Sul – 132 Líbano – 68					
Investimento Total por tipo de investimento	Aquisição de imóveis	--					2.200 M€
	Transferência de capital	--					200 M€
	Criação de emprego	--					---

A esmagadora maioria das autorizações de residência para investimento, concedidas em Portugal, são ao abrigo da vertente imobiliária. Também bastante significativo é o valor total de investimento angariado, superando 2.000 milhões de euros, sem contar com as diferentes taxas que os investidores têm de pagar pela emissão dos documentos ou análise dos processos.

Não existem estudos que apontem para que o investimento imobiliário acarrete benefícios económicos claros. Pode criar postos de trabalho, aumentar o preço das casas e gerar receitas fiscais, o que pode ser benéfico a curto prazo, mas a longo prazo é duvidoso, uma vez que pode conduzir à estagnação do mercado imobiliário (Sumption & Hooper, 2014).

²⁰ Adaptado de mapa estatístico ARI disponível em

Os programas de investimento podem exigir outro tipo de investimento: no sector público (investimentos a fundo perdido, investimentos em fundos sem juros ou com juros reduzidos). Tal será explorado na secção seguinte.

1.8 - Tipos de investimento: setor público

Um outro tipo de programas são aqueles em que o investidor estrangeiro aplica dinheiro no setor público. Este tipo de soluções pode constituir simplesmente “doações” para os cofres do Estado e para fundos de desenvolvimento nacional, ou o investimento pode ser feito em fundos de investimento públicos com taxas de rendimento nulas ou bastante reduzidas, como é o caso da Hungria²¹.

1.8.1 - Investimento a fundo perdido – “Doações”

Esta possibilidade consiste no modelo de investimento mais controverso e que confere direitos mais alargados relacionados com a soberania nacional. Aqui, os países concedem direitos de cidadania a troco de contribuições líquidas para a receita nacional ou aplicações, a fundo perdido, em fundos de desenvolvimento nacionais, como o *Sugar Industry Diversification Foundation* (SIDF) de São Cristóvão e Nevis²².

Estes programas são altamente controversos, uma vez que concedem cidadania a troco de somas de dinheiro não muito elevadas, mas, por outro lado, altamente transparentes na forma. Trata-se, na realidade, de quantias doadas aos governos que as investem da forma que entendem por mais adequadas. Estes países têm obtido rendimentos importantes através destes instrumentos (Sumption & Hooper, 2014), assim como proporcionam regimes fiscais muito atrativos para os seus beneficiários. Além disso, concedem passaportes com isenção de visto para vários destinos mundiais, incluindo todo o espaço Schengen.

Chipre também concede a cidadania. A lei cipriota²³ refere especificamente um processo de naturalização, constituindo um esquema bastante complexo, com investimentos mínimos totais de 2,5 milhões de euros (2 milhões de investimento direto e compra de uma habitação própria no valor de pelo menos 500 mil euros). Chipre também

http://www.sef.pt/documentos/56/Mapa_ARI_PT_outubro16.pdf consultado a 08-11-2016.

²¹ Informação obtida por resposta ao questionário modelo disponível em anexo 3.

²² Ver *St. Kitts & Nevis citizenship-by-investment program* disponível em <http://www.ciu.govt.kn/> consultado a 09-10-2016.

²³ Ver *Scheme for naturalisation of investors in Cyprus by exception*, disponível em <http://www.moi.gov.cy/moi/moi.nsf/All/1562764E412F7B6DC2257B80005235CF> consultado a 24-08-2016.

concede a cidadania a quem tenha perdido 3 milhões de euros, depositados em bancos nacionais, durante a crise do setor em março de 2013.

Além destas aplicações a fundo perdido, existem também soluções de investimento no setor público com garantia do capital investido, mas, sem juros. Seguidamente abordam-se estas possibilidades.

1.8.2 - Investimento em fundos públicos sem rendimento

Este modelo prevê o “investimento” em títulos públicos, com rendimento nulo, mas com garantia do capital investido. Depois da fase de maturação, é devolvido ao cidadão estrangeiro a totalidade do montante inicialmente depositado. Constitui, na prática, um empréstimo aos Estados com juros nulos.

Um país que aplicava este programa é o Canadá²⁴, que suspendeu a sua execução em 2014, com a justificação de que não era economicamente atrativo. Contudo o programa do Québec, em tudo semelhante, ainda se mantém. Como referido anteriormente, outro país que aplica este modelo, neste caso como única solução de investimento, é a Hungria. Uma análise mais atenta deste sistema permite concluir que em parte existe uma certa doação aos Estados, uma vez que, não existindo qualquer tipo de retorno financeiro, como juros, se os investidores aplicassem o dinheiro, na sua forma mais simplificada (depósitos bancários), teriam certamente algum tipo de retorno que, desta forma, abdicam.

Financeiramente, esta é uma solução pouco atrativa para os investidores, uma vez que vêm retidos os seus investimentos sem qualquer incremento monetário, mas, proveitosa para os Estados, uma vez que dispõem de fundos/empréstimos para suportar as finanças públicas sem necessitarem de retribuir qualquer valor de juros, forma mais atrativa que recorrer ao financiamento proporcionado pelos mercados tradicionais.

1.8.3 - Investimento em fundos públicos com rendimento

Por último, existem programas de investimento em títulos (os fundos públicos) com rendimento, ainda que reduzido, não existindo muita informação disponível quanto à sua remuneração. As vantagens económicas para os países também não são claras, não existindo ainda estudos conclusivos sobre a matéria (Committee, 2014a). Segundo os relatórios de Sumption e Hooper (2014) e do Migration Advisory Committee (2014), este

²⁴ Ver *Investors* disponível em <http://www.cic.gc.ca/english/immigrate/business/investors/index.asp> consultado a 10-09-2016.

tipo de programas tem pouca procura. Um país que proporciona este tipo de solução de investimento é a Irlanda através do seu *Immigrant Investor Program*²⁵, programa que contém uma opção de investimento em fundo público no valor de 2 milhões de euros, com juro anual de 1%.

Verificamos que os investimentos podem ser efetuados no sector público ou no sector privado. No sector privado os investidores podem escolher entre aplicações no sector imobiliário, em empresas privadas ou em fundos de investimento privado. Os países que oferecem estas escolhas concedem, todos, autorização de residência, como benefício. No sector público os investimentos podem ser feitos por contribuições a fundo perdido, em fundos estatais, ou simples doações. Estes países concedem a cidadania como benefício. Ainda no setor público podem ser efetuados investimentos em fundos públicos, sem juros, como é o caso da Hungria, ou com juros reduzidos como é o caso da Irlanda. Aqui o direito concedido é a autorização de residência.

No próximo capítulo apresenta-se o enquadramento metodológico do presente estudo.

²⁵ Ver *Immigrant Investor Programme* disponível em <http://www.inis.gov.ie/en/inis/pages/new%20programmes%20for%20investors%20and%20entrepreneurs> consultado a 29-08-2016.

Capítulo 2 – Enquadramento metodológico

2.1 - Introdução

Nos capítulos anteriores foi abordada a existência de uma enorme diversidade de mecanismos formais de funcionamento dos programas de investimento para imigrantes. Contudo, existe ainda uma forte resistência dos países em ceder informação relativa a várias características destes programas, bem como, principalmente, ao número de concessões. Observou-se que os vários programas de investimento apresentam requisitos, que devem ser cumpridos pelos investidores, e benefícios que são atribuídos aos mesmos, através do cumprimento dos requisitos. Como requisitos principais foram identificados: o montante de investimento, as tipologias de investimento possíveis, o espaço temporal mínimo de permanência no país, a experiência prévia em investimentos e o espaço temporal de investimento. Como benefícios assinalaram-se o reagrupamento familiar, o tipo de direito concedido (autorização de residência: temporária ou permanente e cidadania) e a validade temporal do direito concedido.

Assim, este capítulo pretende apresentar o enquadramento metodológico para o estudo sistemático da permeabilidade legal dos programas de investimento. Por permeabilidade entende-se o grau de abertura legal, considerando quer os requisitos de admissão aos programas, quer os benefícios atribuídos aos candidatos que cumpram tais requisitos, conforme o que estiver legalmente em vigor no ano de 2014.

Para este efeito, este capítulo encontra-se estruturado em três secções. Na primeira são definidos os objetivos específicos desta dissertação. Na segunda secção, são apresentadas as hipóteses que serão testadas empiricamente nos capítulos seguintes. Na terceira secção, procede-se à apresentação das orientações metodológicas da investigação empírica, com a apresentação das vantagens do método de *checklist* e a apresentação da composição do *codebook* usado para analisar o enquadramento legal dos países analisados. Na quarta secção são apresentados os países que foram selecionados para este trabalho e o período temporal de análise considerado.

2.2 - Objetivos

Apesar de escassa, a investigação existente tem sugerido que os programas de investimento constituem mecanismos de captação de investimento direto externo pelos diferentes Estados (Bongardt & Neves, 2014; Mesquita, 2014; Sumption & Hooper, 2014). Estes estudos são sobretudo descritivos e expõem as características dos diferentes

programas, não valorizando a importância que cada uma dessas características representa no grau de abertura legal dos diferentes programas. Não permitem, também, avaliar o efeito de outros fatores como as condições sociais, económicas, políticas e de segurança de cada país.

Tendo esta problemática como pano de fundo, poder-se-á delinear os objetivos específicos a que este trabalho se propõe. Em primeiro lugar, esta dissertação visa analisar, de forma comparativa, os diferentes programas de investimento, procurando compreender as diferentes características associadas: requisitos e benefícios. A importância do presente estudo assume várias dimensões. Desde logo, é importante comparar, permitindo conhecer as diferentes alternativas existentes. Esta comparação envolve a análise dos requisitos e benefícios concedidos pelos diferentes países, que refletem as escolhas políticas dos respetivos executivos e vão influenciar a abertura legal de cada solução apresentada.

Em segundo lugar, pretende-se criar um índice de abertura legal dos programas de investimento, analisando quais as características que potencialmente explicam o grau de abertura do quadro legal dos programas de investimento. O índice de abertura legal proposto pode ser decomposto em *requisitos e benefícios*, os quais são analisados através de um conjunto de indicadores específicos, que são operacionalizados e medidos através da utilização do método de *checklist*, como será especificado adiante.

Todos estes dados, informações e conclusões, podem permitir, em conjugação com as opções políticas, uma seleção mais fundamentada nas alterações futuras ao quadro legal dos programas de investimento que os diferentes países decidam encetar. De fato, os executivos solicitam estudos antes da aplicação ou alteração dos programas de investimento ou apenas para os avaliar. São conhecidos estudos sobre o programa dos E.U.A (Singer & Galdes, 2014), sobre o programa Britânico (Committee, 2014b, 2015; Immigration, 2015), sobre a implementação do programa em Santa Lucia (Lewis, Andrew, & Deterville, 2015) ou sobre o programa federal canadiano (Division, 2014).

Com o terceiro objetivo deste estudo pretende-se analisar outros fatores potencialmente explicativos dos graus de abertura legal dos programas de investimento. Neste sentido, procurou-se perceber qual a relação entre o desenvolvimento socioeconómico, a qualidade de estado de direito nos diferentes países e o grau de abertura legal dos programas de investimento. As hipóteses específicas sobre a relação esperada entre estes fatores serão apresentadas adiante.

Por último, esta dissertação pretende conhecer melhor a realidade do programa adotado em Portugal e, até que ponto, este é mais expansivo ou restritivo do que outros criados por diferentes países.

Concluída que está a exposição do âmbito deste estudo, apresentam-se, de seguida, as hipóteses de investigação que se pretendem testar.

2.3 - Hipóteses de investigação

Os programas de investimento consideram na sua estrutura a existência de requisitos e de benefícios. Ambos são ponderados pelos investidores quando analisam estas soluções e tentam encontrar a estrutura que melhor se adapta as necessidades, possibilidades e expetativas (Kalin, 2015). Grande parte da literatura existente refere frequentemente expressões ou palavras referentes a dois elementos constitutivos dos programas de investimento: o montante de investimento e o direito concedido (Barbulescu, 2014; Carrera, 2014; Dzankic, 2015; Johnston, 2013; Kalin, 2015; Shachar & Baubock, 2014; Sumption & Hooper, 2014). Duas das hipóteses formuladas relacionam-se com estas dimensões de análise: o montante de investimento e o direito concedido. Uma outra hipótese relaciona-se com um dos objetivos principais do imigrante investidor: a mobilidade. Esta mobilidade está dependente de um outro elemento constitutivo: o espaço temporal mínimo exigido de permanência no território. As restantes hipóteses relacionam-se com fatores potencialmente explicativos da abertura legal dos programas de investimento.

Os imigrantes que recorrem a este tipo de instrumentos, especialmente de nacionalidade chinesa²⁶, são cidadãos estrangeiros com capacidade significativa de investimento (Barbulescu, 2014). No entanto, esta capacidade não é ilimitada e os interessados possuem diferentes capacidades de investimento. Ao mesmo tempo, a maior exigência em termos de investimento tende a estar associada a maiores benefícios atribuídos aos investidores, como forma de retorno pelo investimento realizado (Dzankic, 2015). Os governos dos países que incorporaram na legislação nacional estes programas, procederam a uma ponderação das opções políticas e dos resultados que esperam obter através deste mecanismo (Sumption & Hooper, 2014), consoante as necessidades de investimento registadas em diferentes áreas. Por outro lado, os imigrantes consideram diferentes tipologias de investimento, consoante as suas preferências. Relacionado com as opções de investimento está o montante de

²⁶ Ver *Europe's golden visas lure rich Chinese* disponível em

investimento exigido. Diferentes tipos de investimento conduzem a diferentes montantes de investimentos, assim acontece no caso português: a compra de imobiliário impõe um determinado valor, 500.00 euros e a transferência de capital exige um valor mais elevado, um milhão de euros²⁷. Desta forma, o investimento exigido em cada programa será certamente condicionador da escolha efetuada por este tipo de imigrantes. Assim, pode-se formular a seguinte hipótese de investigação:

H1. O índice de abertura legal está positivamente correlacionado com o montante de investimento exigido.

Como referem Sumption & Hooper (2014) e Dzankic (2014), os imigrantes investidores, ao decidirem candidatar-se a um programa de investimento, têm como um dos objetivos principais a possibilidade de viajar para vários destinos sem a necessidade de visto. Pretendem, então, beneficiar do direito que lhes será atribuído, autorização de residência ou cidadania, para potenciar a mobilidade mundial que desejam alcançar. Mas essa mobilidade só será possível se os programas de investimento permitirem um espaço temporal alargado de ausência física do país que concede o direito. Tendo em conta este objetivo fundamental dos imigrantes investidores, formulou-se a seguinte hipótese de investigação.

H2. O índice de abertura legal está positivamente correlacionado com o espaço temporal exigido de permanência no país.

Os imigrantes investidores equacionam todos os requisitos que terão de cumprir para que lhes seja concedido um dos direitos disponíveis: autorização de residência temporária, autorização de residência permanente ou a cidadania. O direito mais alargado é a cidadania, que confere mais regalias (Epifânio, 2013). Neste sentido, pode dizer-se que o imigrante que recorre a este tipo de mecanismos procura maximizar o seu investimento, obtendo um direito mais abrangente. Também os estados procuram captar os investidores proporcionando direitos mais apetecíveis (Carrera, 2014; Sumption & Hooper, 2014). Considerando o exposto, pode formular-se a seguinte hipótese de investigação:

H3. O índice de abertura legal está positivamente correlacionado com o direito concedido.

<http://money.cnn.com/2013/11/26/news/europe-golden-visas/> consultado a 20-07-2016.

Sabemos, pelo suporte teórico ao movimento migratório, que estes imigrantes também procuram diferentes condições das vividas nos países de origem (Castles & Miller, 2009). Estas condições podem ser socioeconómicas: qualidade de vida e estabilidade económica. Estas funcionam, também, como forma de atrair os imigrantes, existindo índices que classificam e ordenam os diferentes países segundo estas condições internas. É o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (Jahan, 2015), que agrega dados sobre o rendimento, educação e esperança média de vida, utilizado neste estudo para medir a qualidade de vida. Trata-se de uma pesquisa efetuada pelas Nações Unidas, relativamente a 207 países, em que é avaliado o nível de desenvolvimento humano. Este índice classifica os países em 4 níveis qualitativos de desenvolvimento (*very high, high, medium e low*) (Jahan, 2015). É também contemplada uma escala, em que estão ordenados os diferentes países, de 0 a 1, correspondendo 0 ao nível de desenvolvimento mais baixo e 1 ao nível mais alto. É referido por vários autores, como Lee (1969) e Castles & Miller (2009), que a qualidade de vida funciona como um elemento importante na decisão dos imigrantes pelo país de destino. Neste caso, exercem maior poder de atração os países em que a qualidade de vida é mais elevada, sendo expectável que os países com condições menos atrativas construam programas de investimento mais abertos. Nesta senda, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

H4. Quanto menor a qualidade de vida de um país maior será a abertura legal dos seus programas de investimento.

Sendo os programas de investimento o objeto do nosso estudo, que funcionam como ferramentas de captação de capital, é importante considerar uma outra variável: a riqueza, operacionalizada pelo produto interno bruto *per capita*²⁸, atendendo a dimensão e população diferentes em cada país, relativo ao ano de 2014. Os países caracterizados por uma riqueza mais reduzida e, portanto, menor produto interno bruto *per capita*, estarão mais recetivos à captação de investimento e, neste sentido, é de esperar que a arquitetura legal adotada por estes países reproduza programas de investimento com índice de abertura mais alargado.

Assim, formulou-se a seguinte hipótese:

²⁷ Lei 29/2012 de 09/08 – Lei de Estrangeiros.

²⁸ Medido pelo PIB *pc* - *World Governance and Development Indicators do World Bank* disponível em <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=worldwide-governance-indicators> consultado a 20-10-2016.

H5. Os países com menor riqueza são os países com maior abertura nos programas de investimento.

Além destas condições, também os contextos dos países de destino referentes à situação política e estado de direito são equacionadas pelos imigrantes. Aqui refere-se a qualidade do estado de direito democrático, muitas vezes deficitário nos países de origem (Sumption & Hooper, 2014), mas também em alguns países de destino. Estes fatores pesam também na hora da decisão pela escolha do programa, uma vez que a estabilidade democrática contribui para o sentimento de segurança pessoal e dos rendimentos e investimentos que são transferidos por estes imigrantes. O *Rule of Law Index* do Banco Mundial²⁹ procura aferir a perceção dos agentes na confiança e no cumprimento das regras da sociedade, em particular os direitos de propriedade, a polícia, os tribunais, a resolução judicial de conflitos de mercado, bem como a violência e os crimes. O mesmo baseia-se em dados de relatórios de empresas privadas, organizações estatais, organizações não governamentais e empresas prestadoras de informação (*information providers*)³⁰. Este índice ordena mundial e regionalmente os países, atribuindo-lhes uma pontuação, entre -2,5 e 2,5, em que -2,5 apresenta a pior pontuação e 2,5 a melhor. Considerou-se que a qualidade de estado de direito democrático influencia a atratividade de um país de destino e, consequentemente, de forma inversa, a abertura legal dos programas de investimento. Isto porque, os países menos atrativos em termos de qualidade de estado de direito vão procurar construir programas mais abertos para que consigam captar mais investidores. Nesta linha, formulou-se nova hipótese:

H6. Os países com menor qualidade de estado de direito democrático são os países com maior abertura legal nos programas de investimento.

Definidos os objetivos e as hipóteses de investigação centrais nesta dissertação, o passo seguinte consiste na apresentação dos métodos de investigação usados na recolha e análise sistemática de dados.

²⁹ Medido pelo Rule of Law - *World Governance and Development Indicators* do World Bank disponível em <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=worldwide-governance-indicators> consultado a 20-10-2016.

³⁰ Ver *WGI data sources* disponível em <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#doc-sources> consultado aos 20-10-2016.

2.4 - Orientações metodológicas da investigação empírica

Como notado anteriormente, outros estudos (Carrera, 2014; Committee, 2015; Division, 2014; Dzankic, 2015; Singer & Galdes, 2014) dedicaram-se à análise descritiva das regras formais definidas em diferentes programas de investimento. Embora permitam conhecer os casos com alguma profundidade, apresentam limitações quando se pretende comparar a abertura legal dos programas de investimento em diferentes contextos, uma vez que estes estudos não agregam as regras formais, quantificando-as. É neste sentido que, nesta secção, se procurou construir um índice que permita esta comparação. O quadro analítico construído considera que a abertura legal pode ser dividida em benefícios e requisitos, as duas dimensões que os programas englobam. Nestas duas dimensões podem ser distinguidos diferentes indicadores, os quais serão posteriormente analisados.

Apresenta-se, de seguida, um esquema de codificação para as diferentes dimensões resultantes da operacionalização efetuada com base nos programas de investimento. Analisa-se, também, cada um dos indicadores bem como a forma prevista para a sua medição, considerando a definição teórica de cada indicador como um potencial instrumento de validade da forma de medição dos programas de investimento. Neste sentido, a validade dos indicadores é uma validade aparente, na medida em que cada a definição teórica de cada indicador será utilizada como indicador para estimar a validade do índice composto da abertura legal dos programas de investimento (Johnson & Reynolds, 2011). Assim, apresentamos uma conceptualização dos indicadores utilizados e, aparentemente, os mesmos medem os requisitos e benefícios dos programas de investimento. Esta validade aparente, apesar de algo limitada à conceptualização dos instrumentos de medição, é importante por fazer sentido, por parecer cumprir o seu objetivo (Andrade Martins, 2006).

A análise dos programas de investimento pode ser decomposta em indicadores de exigência e benefícios atribuídos, plasmados na legislação nacional de cada país referente aos programas de investimento. Como se pode verificar, cada indicador foi codificado através do método de *checklist*. Este é o método utilizado em outros estudos que analisam a legislação (ver, por exemplo, McGregor (1994) sobre medição dos poderes presidenciais através da análise dos poderes inscritos na constituição). Através deste método, os elementos constitutivos selecionados da legislação dos diferentes países são transformados em indicadores categóricos, com a atribuição de um valor mais elevado nos casos em que se verifica existir maior abertura legal e a atribuição de valores mais baixos se existirem mais limitações legais nos programas de investimento.

O método utilizado encerra uma importante limitação, que se reporta ao facto de se tratar de um método insensível ao diferente relevo dos indicadores. Os indicadores serão pontuados de 1 a 3, consoante se tratem de exigências mais restritas (menor pontuação, 1) ou menos restritas (maior pontuação, 3); benefícios menos atrativos (menor pontuação, 1) ou benefícios mais abrangentes/atrativos (com maior pontuação, 3). Assim, a abertura legal dos programas de investimento, dado o número de indicadores (oito) e a sua pontuação, pode variar entre 0 e 24. Começamos por analisar os requisitos dos programas de investimento.

2.4.1 - Os requisitos dos programas de investimento

A tabela 2 apresenta os indicadores relativos aos requisitos de cada programa de investimento, proposto pelos diferentes países. Revela, também, a pontuação que vai ser atribuída a cada indicador, consoante a maior abertura (pontuação mais elevada) ou maior restritividade (pontuação mais reduzida) apresentada. Cabe analisar em que consiste cada um destes indicadores.

Tabela 2 - Requisitos dos programas de investimento

INDICADORES	PONTUAÇÃO		
	1	2	3
Tipo de investimento/forma	1 forma	2 formas	+2 formas
Montante de investimento	$\geq 1.000.000\text{€}$	$>200.000\text{€}$ $<1.000.000\text{€}$	$\leq 200.000\text{€}$
Espaço temporal de investimento	> 2 anos	>1 ano ≤ 2 anos	≤ 1 ano
Requerimento de experiência prévia em investimentos	Sim	Apenas para alguns montantes de investimento	Não
Período mínimo anual de permanência no país	≥ 60 dias	> 0 dias < 60 dias	Isento

O primeiro requisito reporta-se ao tipo de investimento/forma. Com este requisito os Estados estipulam as possíveis tipologias de investimento (Dzankic, 2015; Kalin, 2015). Existem programas que contemplam uma única forma de investimento (ex.

investimento a fundo perdido/doações), outros programas possibilitam que o investidor possa escolher um tipo de investimento entre os que a lei contempla (é o caso de Portugal em que o investimento pode ser realizado no setor imobiliário, no setor privado com a criação de postos de trabalho ou pode ser feito através da transferência internacional de capital³¹). A escolha mais restrita, ou a impossibilidade de escolher, é valorizada de forma inferior, 1, e a possibilidade de escolha mais alargada é pontuada de forma mais elevada, 3. O investimento é ainda considerado em outra dimensão.

Um outro indicador é o montante de investimento. As quantias requeridas nos diferentes programas são também variáveis (Johnston, 2013; Sumption & Hooper, 2014) e, alguns autores, como Magni-Berton (2014), discutem qual o preço justo pela concessão de direitos de residência e cidadania. As quantias mais elevadas, como é o caso da França, que requer um investimento de 10 milhões de euros, exigem um esforço maior por parte do investidor, acarretando uma possível diminuição do leque de possíveis investidores, logo são tidas como menos atrativas e com pontuação mais reduzida, 1. Ao contrário das quantias menos elevadas que exigem um menor investimento, obtendo pontuação de 2 ou 3, consoante os intervalos monetários considerados na tabela 2.

Consideramos ainda outra dimensão do investimento: o espaço temporal de investimento. Neste indicador, alguns países exigem o “congelamento”/manutenção do investimento durante determinado período, que pode ser de 1 ano, 2 anos, ou mais (Carrera, 2014; Kalin, 2015). Cumprido este período os investidores podem retirar os seus investimentos reavendo o seu capital. Ou seja, depois de efetuado o investimento e o direito concedido, o investidor não pode simplesmente retirar a sua aplicação. Este mecanismo de salvaguarda corre a favor dos Estados como forma de garantia da continuidade do investimento. A disponibilidade do capital investido é um fator importante, como em qualquer aplicação financeira, que confere mais segurança aos investidores. Este indicador também reflete o grau de compromisso que o investidor tem para com o Estado, para poder reaver o seu investimento. Neste sentido, os horizontes temporais de investimento mais elevados, mais de 2 anos, são pontuados de forma mais reduzida, 1, e a pontuação mais elevada é atribuída aos investimentos temporalmente mais limitados, menor ou igual que 1 ano, pontuação 3.

Outro requisito exigido por alguns países é a experiência prévia em investimentos. Com esta imposição, alguns países exigem que o investidor seja conhecedor das especificidades técnicas do mundo empresarial (Contact Singapore, n.d.; Division, 2014; Kalin, 2015), não sendo um mero cidadão com capital para investir, sem qualquer

³¹ Art.º 90-A da Lei 29/2012 de 9 de agosto.

conhecimento técnico que permita alavancar o investimento. Alavancagem que será benéfica, tanto económica como socialmente, para o país que proporciona o programa. Nem todos os potenciais investidores são detentores deste tipo de conhecimentos. Desta forma, os programas que exigem este requisito são pontuados de forma mais reduzida, 1, verificando-se o contrário para os programas que não exigem este tipo de conhecimentos, 3. Existem países que só exigem este requisito para certos montantes de investimento, sendo pontuados com 2.

Outra característica e indicador destes programas de investimento é o período mínimo anual de permanência física no país. Depois de concedido o direito (residência temporária, residência permanente ou cidadania), os diferentes países exigem que o investidor permaneça por um período anual mínimo no país, caso contrário extingue-se esse direito (Carrera, 2014; Kalin, 2015).

Muita tem sido a polémica em torno deste requisito. Os críticos deste tipo de programas afirmam que ao isentar-se totalmente ou quase totalmente os cidadãos estrangeiros de permanecerem fisicamente no país de destino, determina-se que os requerentes dos programas de investimento não podem ser vistos como imigrantes, uma vez que não permanecem no país que os acolhe (Shachar, 2014; Sumption & Hooper, 2014). Mas a liberdade de movimentos, de viajar, é um dos objetivos principais dos imigrantes investidores, como tal este tem sido um requisito a ter em conta pelos diferentes países. Os países que obrigam a um período de permanência elevado no território, querem que o investidor adote esta nova residência como o local principal dos seus negócios e da sua atividade de investimento (Dzankic, 2015). Desejam também que o investidor esteja mais integrado no seu país de acolhimento (Dzankic, 2014).

Quanto menor for este limite temporal, mais aliciente será para o investidor, pois o mesmo pode deslocar-se livremente para onde lhe seja possível, inclusive o seu país de origem, sem ter a preocupação de ter uma meta elevada de permanência física no país de acolhimento. Desta forma, a exigência de períodos menores será pontuada de forma mais elevada, 3, e períodos mais alargados são pontuados de forma mais reduzida, 1 ou 2.

Além de requisitos, consideramos também como indicadores os benefícios dos programas de investimento.

2.4.2 - Os benefícios dos programas de investimento

A Tabela 3 segue a mesma sistematização de indicadores e pontuação, mas em relação aos benefícios concedidos. Aqui também os indicadores se revestem de uma validade aparente.

Tabela 3 - Benefícios dos programas de investimento

INDICADORES	PONTUAÇÃO		
	1	2	3
Validade temporal do direito concedido	1 ano	>1 ano ≤ 5 anos	> 5 anos
Direito concedido	Autorização de residência temporária	Autorização de residência permanente	Cidadania
Possibilidade de reagrupamento familiar	Não	Passado algum tempo da concessão do direito	Imediato

O primeiro indicador da tabela 3 é a validade temporal do direito concedido. Esta validade temporal difere consoante o país que proporciona o programa e pode variar entre 1 a 5 anos nos casos de autorizações de residência (temporária ou permanente) ou o direito concedido pode ser concedido de forma vitalícia, no caso da cidadania (Kalin, 2015; Sumption & Hooper, 2014). Isso não implica que o direito concedido se extinga no fim da sua validade, pelo que pode ser renovado. No entanto, esta renovação implica pagamento de mais taxas e procedimentos que pesam na escolha dos investidores. Neste indicador, as validades temporalmente mais amplas são pontuadas de forma mais elevada, 3, e as validades mais limitadas de forma mais reduzida, 1 ou 2.

O segundo indicador reporta-se ao direito concedido pelo programa de investimento. Os diferentes programas concedem o direito de residência (autorização de residência temporária ou permanente) ou a cidadania (Carrera, 2014; Johnston, 2013). Estes conferem diferente estatuto e regalias ao investidor. A residência confere menos direitos, autorizando o imigrante a residir no país, sujeito a lei de imigração do respetivo estado. A cidadania é o direito mais alargado, equiparando o investidor a qualquer outro nacional do país que proporcionou o programa, não sendo necessária a renovação do direito como no caso da residência. No entanto, em Antígua e Barbuda, a cidadania é concedida, inicialmente, de forma “condicionada” (Kalin, 2015). Nos primeiros anos, é necessário cumprir um tempo mínimo de permanência no país e depois é renovada sem restrições. Considerando os direitos atribuídos, a residência temporária é a menos pontuada, 1, seguida da residência permanente, 2, e a mais pontuada é a cidadania, 3.

Outro fator bastante importante no processo migratório é o familiar (Castles & Miller, 2009). Os imigrantes procuram sempre fazer-se acompanhar da família, caso não seja possível no imediato, fazem-no logo que a lei do país de destino permita. Desta

forma, é relevante considerar como indicador para este estudo a possibilidade de reagrupamento familiar. A grande importância de que se reveste a família no processo migratório é revelada pelas redações das leis gerais de imigração, que consideram este fator de forma transversal (Kalin, 2015; Sumption & Hooper, 2014). Considerando que a possibilidade de reagrupar a sua família assume grande importância para o investidor, é atribuída pontuação mais reduzida a programas que não permitam este mecanismo e a mais alta aos que possibilitem, de forma imediata, isto é, reagrupar a família no mesmo espaço temporal em que determinado país concede o direito ao investidor.

Apresentada a nossa estrutura de recolha de dados importa escolher quais os países aos quais vamos estudar, isto é, qual a amostra que vamos considerar.

2.5 - A amostra

São diversos os países que atualmente apresentam programas de investimento para imigrantes. A amostra escolhida é uma amostra de conveniência, a qual apresenta a desvantagem de poder não representar o universo existente (Tansey, 2007). Mas, considerando os programas de investimento conhecidos a nível mundial, pensamos que a amostra representa as diversas modalidades conhecidas. A amostra escolhida representa, também, o universo de países para os quais foi possível encontrar informação, ainda que com alguma dificuldade.

Neste sentido, foram selecionados os seguintes casos: Estados Unidos da América (E.U.A.), Austrália, Singapura, Reino Unido, Irlanda, Portugal, Espanha, França, Holanda, Hungria, Québec, Grécia, Chipre, Dominica, São Cristóvão e Nevis, Antígua e Barbuda, Malta, Hong Kong, Nova Zelândia e Letónia.

Nesta amostra, inserem-se países e territórios com sistemas migratórios bastante desenvolvidos, como: Austrália, Nova Zelândia, E.U.A., Québec (Markus, Jupp, & McDonald, 2009; McKay & Whitelaw, 1977), os quais investem fortemente na política migratória e adequam os necessários instrumentos administrativos de escrutínio (Matias, 2014, p. 24), no sentido de escolherem os migrantes que melhor possam servir aos interesses do país e mais contribuam para o seu desenvolvimento. Temos também países que adotaram este tipo de programas há poucos anos: Portugal (2012), Espanha (2013), Hungria (2013), Chipre (2013), Malta (2013), Irlanda (2012), Letónia (2010) e Grécia (2013) (Dzankic, 2015; European Migration Network, 2016; Sumption & Hooper, 2014). Para além destes países a amostra inclui, também a Holanda e França, constituindo um grupo alargado de Estados pertencentes a União Europeia e que, eventualmente, possam estar sujeitos a condicionalismos semelhantes. Por outro lado,

são considerados países das Caraíbas como Dominica, Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Nevis, que concedem a cidadania segundo modelos análogos (Lewis et al., 2015). Países como Singapura e Hong Kong simbolizam, por outro lado, Estados fortemente voltados para o investimento e desenvolvimento económico (Sumption & Hooper, 2014).

2.6 - As fontes de informação

Como principal fonte de informação para aferir os elementos constitutivos dos diferentes programas considerou-se a legislação nacional de cada país. Através destes documentos foi possível extrair dados necessários aos nossos objetivos. No entanto, é necessário referir que a procura da diferente legislação nem sempre foi possível, porque a mesma nem sempre é divulgada institucionalmente pelos países considerados na amostra, ou não se encontra traduzida. Este foi sem dúvida o maior entrave à realização deste estudo: a falta de informação institucional, por parte de alguns países, na apresentação pormenorizada dos seus programas de investimento. Esta ausência de informação também alastra, de forma ainda mais evidente, aos dados estatísticos relativos ao número de concessões ao abrigo destes programas (Sumption & Hooper, 2014). Neste caso particular, registou-se que os países que divulgam estes dados apresentam os números relativos às concessões das mais diferentes formas: desde a implementação do programa, com vários anos agregados, só dos últimos anos, contabilizando as concessões relativas ao reagrupamento familiar ou não. Mas, grande parte dos países não revela dados referente ao número de concessões, isto porque este tipo de programas tem sido encarado com grande polémica, sendo alvo de críticas, por um lado relativas à adequação do desenho legislativo, por outro, relativas à forma como são atribuídos direitos de soberania: autorizações de residência ou cidadania; a troco de investimentos (Johnston, 2013; Shachar & Baubock, 2014). Os países que menos revelam dados relativos às concessões são os países das Caraíbas (Sumption & Hooper, 2014).

Neste sentido, foram utilizadas formas alternativas na recolha de dados: brochuras, *sítes* e documentos institucionais. Recorreu-se também ao envio de um questionário³² a entidades governamentais, das quais apenas as de quatro países responderam, nomeadamente: Letónia, Grécia, Hungria e Espanha. Neste sentido, a informação obtida através das várias fontes de informação enunciadas, foram

³² Ver Anexo 3.

identificadas no Anexo 2. Neste Anexo insere-se legislação, brochuras e *sites* institucionais.

No próximo capítulo apresenta-se a informação recolhida e uma análise sistemática subjacente à construção do índice de abertura legal. Através da análise de dados efetuamos, também, o teste das hipóteses e ponderamos a influência que outros fatores, externos à construção dos programas de investimento, podem exercer na abertura legal.

Capítulo 3 - Abertura legal dos programas de investimento

3.1 - Introdução

O imigrante investidor ao tomar a decisão de recorrer a um programa de investimento encara uma difícil escolha, tal é a variedade de programas à disposição. O investidor terá que ponderar os benefícios e os requisitos das diferentes soluções, optando por aquele que lhe parece ser mais adequado à situação individual.

Os elementos constitutivos, requisitos e benefícios, de cada programa de investimento são os componentes fulcrais da arquitetura dos programas de investimento (Committee, 2015; Division, 2014; Lewis et al., 2015; Singer & Galdes, 2014). Neste sentido, a escolha política espelhada na conjugação destes requisitos e benefícios resulta no desenho legislativo que os diferentes executivos pretendem implementar nos seus países e, desta escolha política, depende em grande parte o sucesso ou insucesso dos diferentes programas de investimento. Os dados obtidos no presente trabalho resultam da aplicação do *codebook*, descrito na metodologia, à legislação respetiva de cada país, nomeadamente aos requisitos e benefícios contemplados nos diferentes diplomas legais.

Este capítulo apresenta os resultados da análise dos benefícios e dos requisitos dos programas de investimento. Esta análise é feita em primeiro lugar para os indicadores relativos aos requisitos dos programas de investimento e, seguidamente, para os benefícios que estes programas atribuem aquando da concessão do direito. Posteriormente, é apresentado o índice de abertura legal dos programas de investimento em vigor nos 21 casos que compõem a amostra. Procura-se, ainda, verificar quais os indicadores específicos que mais contribuem para os valores globais obtidos.

3.1 - Requisitos

Os requisitos dos programas de investimento são os elementos constitutivos que os imigrantes têm de preencher para que se possam candidatar a uma concessão final do direito: autorização de residência ou cidadania.

Considerando a variedade de programas de investimento que existem no momento, que se encontram suspensos ou que recentemente foram criados, são muitos os requisitos que figuram nos diversos mecanismos (Carrera, 2014; Dzankic, 2015; Singer & Galdes, 2014). Tal como foi referido anteriormente, os requisitos que serão considerados para a análise no âmbito desta dissertação são os seguintes: tipologia de investimento (quantas formas de investimento são disponibilizadas: uma, duas ou, pelo menos, três), montante de investimento mínimo (os diferentes valores mínimos, em

euros, de investimento exigidos), espaço temporal de investimento (por quantos anos é, no mínimo, necessário manter os investimentos), experiência prévia em investimentos (se os programas exigem, ou não, experiência em investimentos), espaço temporal de permanência física no país (qual o tempo mínimo, em dias, exigido de permanência física no país, que os diferentes Estados impõem ao imigrante investidor).

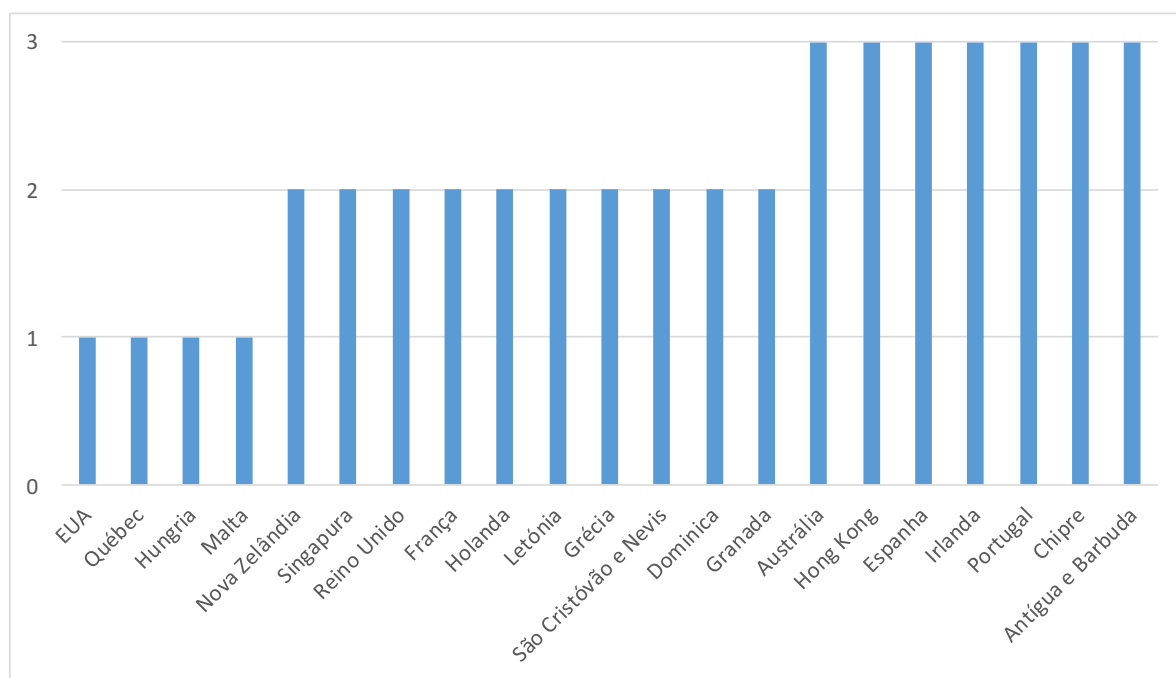
3.1.1 - Tipologias de Investimento

Do ponto de vista do requerente, imigrante investidor, torna-se mais apelativo ter a oportunidade de escolher entre vários tipos de investimento, do que estar condicionado apenas por uma solução de investimento. A visão política dos países ao optar por estabelecer estes mecanismos de captação de investimento, considera e pesquisa quais as melhores soluções de investimento que servem aos interesses e necessidades internas. Este foi o caso de Santa Lucia, país que implementou o programa em 2015 e efetuou um estudo prévio sobre a construção do seu programa de investimento (Lewis et al., 2015).

Valoriza-se neste indicador a flexibilidade e a opção de escolha que é dada ao investidor. Assim, a codificação contempla diferentes pontuações, entre 1 e 3, consoante os programas de investimento permitam uma, duas e três (ou mais) formas de investimento.

Pela análise dos dados recolhidos neste indicador, verificou-se não existir um claro padrão que seja possível associar relativamente ao índice construído, aos diferentes tipos de programa ou ao desenvolvimento económico dos diferentes países. Os diferentes programas consideram diferentes opções de investimento, de forma bastante díspar e variada, como podemos observar no gráfico 1.

Gráfico 1 - Formas de investimento.



Como se pode verificar, a maioria dos programas de investimento considerados opta por institucionalizar a possibilidade de se efetuarem duas tipologias de investimento. É, ainda, interessante notar como a larga maioria dos países europeus opta por permitir apenas uma ou duas modalidades de investimento. Registam-se, contudo, interessantes exceções. Espanha, Portugal, Irlanda e Chipre surgem como os países europeus que apresentam maior abertura formal neste indicador específico, admitindo três modalidades de investimento, cinco no caso de Chipre. Não deixa também de ser interessante notar que são, todos eles, países que tiveram de implementar programas de ajustamento financeiro. As severas condicionantes económicas e financeiras impostas pelos programas de ajustamento podem ter promovido a abertura legal dos programas de investimento para imigrantes face à sua maior necessidade de captação de investimento estrangeiro.

Não se pode deixar de referir e comparar o caso de Malta. O programa de investimento maltês contempla uma única opção de investimento constituída por três diferentes investimentos cumulativos: compra de bem imóvel no valor de 350.000 euros, investimento de 150.000 euros em ações ou obrigações do Estado e uma contribuição de 650.000 euros para o fundo social de Malta³³. Apesar de serem englobados três tipos de

³³ Ver *Individual Investor Program* em

investimento não existe possibilidade de escolha, é um programa de investimento sem flexibilidade neste indicador, mas que procura investimento para diferentes áreas. Neste sentido, Malta, é codificada com a pontuação 1 por não proporcionar escolha ao imigrante investidor. Uma explicação para esta falta de flexibilidade no tipo de investimento pode residir na diminuta área do país e também por ser considerado um paraíso fiscal (Gravelle, 2015). A reduzida área pode limitar o estabelecimento de indústrias, limitando as opções de investimento e as opções fiscais do governo podem influenciar estas limitações.

O caso cipriota tem algumas semelhanças com o caso de Malta, mas também algumas diferenças, assumindo uma codificação com pontuação 3, no extremo oposto ao de Malta. A semelhança reside no fato de exigir, também, um investimento imobiliário (no caso de Chipre exige um investimento mínimo de 500.000 euros) cumulativo com outro tipo de investimento. A diferença, responsável pela codificação díspar, resulta das alternativas de investimento adicionais propostas por Chipre: compra de ações, compra de obrigações do Estado, compra de imobiliário (adicional), investimento em empresas ou depósitos bancários. O programa de investimento do Chipre contempla cinco opções de investimento, sendo o país com maior oferta na diversidade de tipologias de investimento³⁴.

Singapura, Estado voltado para o desenvolvimento económico, considera duas vias de investimento: criação de uma nova empresa ou expansão de uma já existente e o investimento num fundo desenvolvimento económico (Contact Singapore, n.d.). Qualquer destas opções de investimento tem que obrigatoriamente incidir em setores previamente definidos pelo Estado. Estas especificidades e outras, que apontamos nos indicadores seguintes, apontam para um desenho legal extremamente criterioso deste programa, por parte de Singapura, visando o desenvolvimento económico (Sumption & Hooper, 2014).

Os E.U.A., ao só permitirem uma possibilidade de investimento, pode indicar uma escolha ponderada deste país para a resolução de um problema específico, em que o desenho legal apontou essencialmente para o desenvolvimento da economia e criação de emprego (Kalin, 2015). Por outro lado, os casos da Hungria³⁵ e Québec³⁶, também apontam neste sentido, ao considerarem apenas uma opção de investimento, mas aqui

<http://iip.gov.mt/> consultado a 30-08-2016.

³⁴ Ver *Scheme for naturalisation of investors in Cyprus by exception*, disponível em

<http://www.moi.gov.cy/moi/moi.nsf/All/1562764E412F7B6DC2257B80005235CF> consultado a 24-08-2016.

³⁵ Informação obtida por resposta ao questionário enviado. Resposta recebida de Nyilas Dániel, Office of Immigration and Nationality, Department of International Affairs, International Relations Unit.

³⁶ Ver *Investor Program* em

<http://www.immigration-quebec.gouv.qc.ca/en/immigrate-settle/businesspeople/applying-business-immigrant/three-programs/investors/> consultado a 20-08-2016.

os países procuram financiar as contas públicas através de contribuições sem retorno (no final da maturação as contribuições são devolvidas sem qualquer juro acumulado).

Apontam-se também os países da Caraíbas, uma vez que todos eles prevêem uma opção de investimento comum: uma contribuição a fundo perdido para o Estado (fundo de desenvolvimento nacional). Também todos proporcionam uma segunda opção de investimento no mercado imobiliário (projetos aprovados). Mas apenas Antígua e Barbuda³⁷ permite uma terceira via de investimento: em criação de empresas. Esta semelhança de investimentos revela um certo mimetismo regional na criação dos programas. As opções de investimento consideradas por estes países parecem apontar para o desenvolvimento do turismo e criação de emprego, através do desenvolvimento de projetos aprovados; e para o incremento de receitas públicas em países com recursos limitados (Sumption & Hooper, 2014).

O programa português considera três opções de investimento³⁸: a transferência de capital no montante igual ou superior a um milhão de euros, a criação de pelo menos 10 postos de trabalho ou a aquisição de bens imóveis de valor igual ou superior a 500.000 euros. A criação destas opções de investimento visou, sobretudo, a reabilitação do mercado imobiliário, do sistema financeiro e arrecadação de receita através da cobrança de impostos provenientes dos investimentos considerados (Mesquita, 2014).

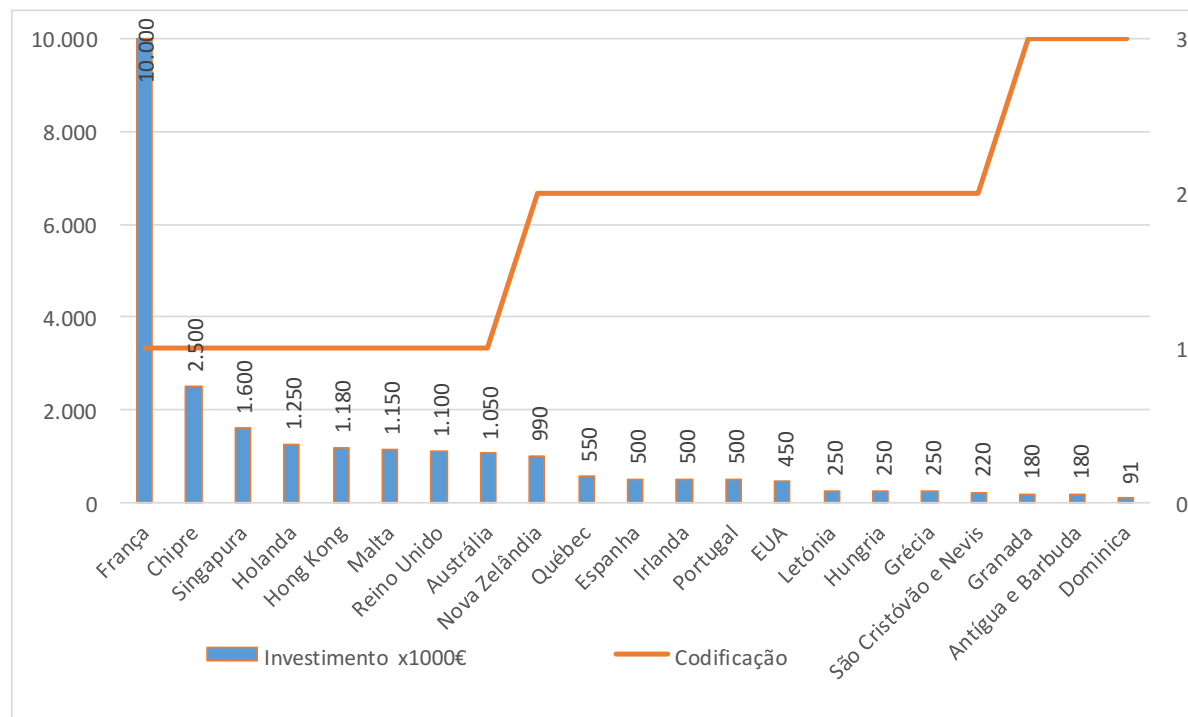
3.1.2 - Montante de Investimento

Este indicador apresenta uma variação bastante alargada nos programas de investimento estudados no presente trabalho. Os distintos valores de investimento, exigidos pelos países da amostra considerados, podem ser observados no gráfico 2, conjugados com a codificação efetuada: 1 para os valores mais altos de investimento, ≥ 1 milhão de euros (por considerarmos serem mais exigentes); 2 para valores intermédios (entre 200.000 euros e 1 milhão de euros) e 3 para os valores mais baixos (≤ 200.000 euros, menos restritos). Quando os programas contemplam diferentes possibilidades de investimento, escolheu-se, sempre, para a codificação, a possibilidade que exige um menor valor por parte do imigrante investidor.

³⁷ Ver *Citizenship by Investment* em <http://cip.gov.ag/citizenship/> consultado a 25-08-2016.

³⁸ Despacho MNE/MAI n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro – Regime ARI.

Gráfico 2 - Montante de Investimento.



Tal como se pode observar no gráfico 2 há um país que se destaca dos restantes: a França. Este país exige um investimento mínimo de 10 milhões de euros para a concessão de autorização de residência³⁹. Sendo este indicador bastante importante para os requerentes não é de estranhar que muito poucas autorizações de residência tenham sido concedidas, em França, segundo este mecanismo: 4 em 2012, 2 em 2013 e 3 em 2014 (European Migration Network, 2016).

Outros países que exigem elevados montantes de investimento como: Singapura, Austrália, Holanda, Hong Kong, Reino Unido e mesmo a Nova Zelândia (que apesar de ser codificada com a pontuação 2 neste indicador, encontra-se perto do limite), são Estados socioeconomicamente desenvolvidos (Jahan, 2015) e que, provavelmente, exigem montantes mais elevados na tentativa de captar os melhores investidores e que o objetivo seja, de fato, uma atividade de investimento. Por outro lado, os países das Caraíbas, como Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Nevis, Granada e Dominica são os que exigem montantes de investimento mais reduzidos (Kalin, 2015), com codificação máxima de 3. Dominica apenas requer 91.000 euros de investimento, a fundo perdido, no fundo nacional de investimento, também recebe a codificação 3. Estes reduzidos níveis

³⁹ Ver *Residence permit - exceptional economic contribution* em

de investimento talvez se relacionem com a intenção governativa de atrair mais investidores, revelando, também, o já referido mimetismo na construção deste tipo de programas numa área geográfica definida, as Caraíbas.

De facto, este indicador tem sido um dos mais estudados e debatidos nas várias avaliações e estudos efetuados sobre os programas existentes, conduzindo muitas vezes a reformulações e alteração destes montantes de investimento (Barbulescu, 2014; Gambler & Seto, 2015; Lewis et al., 2015). O Reino Unido foi um dos países que, em 2015, reviu o montante mínimo de investimento de 1.160 mil euros para o dobro, 2.320 mil euros, segundo propostas e relatórios efetuados (Committee, 2014b, 2015; Immigration, 2015) sobre o programa *Tier 1 – Investor Visa*, invocando que o valor estava desatualizado e os benefícios económicos seriam limitados. Também Hong Kong, em 2010, reviu o montante de investimento de 770.000 euros para 1.180 mil euros⁴⁰, sendo por isso, codificado como 1. Argumentaram as autoridades locais que este montante de investimento estava desatualizado e outros países como o Canadá (Division, 2014) e Singapura tinham recentemente efetuado alterações semelhantes⁴¹. Chipre⁴² que, em 2014, exigia um investimento mínimo combinado de 3 milhões de euros (2,5 milhões em ações de um fundo estatal e 500.000 euros de compra de um imóvel de uso próprio e permanente), em março do mesmo ano reviu o valor para 2,5 milhões de euros (reduzindo a parcela de investimento para 2 milhões de euros, mantendo 500.000 euros para o imobiliário), numa tentativa de amenizar as perdas no sector financeiro, antes da assistência financeira por parte da União Europeia⁴³. Chipre recebe a codificação 1, devido ao elevado investimento exigido.

Entre os países com programas essencialmente voltados para o imobiliário: Portugal, Espanha, Grécia e Letónia (Carrera, 2014; Sumption & Hooper, 2014), observam-se dois grupos que exigem dois níveis diferentes de investimento: Espanha e Portugal (500.000 euros) e Letónia e Grécia (250.000 euros). Todos são países que viveram de perto a crise que se iniciou em 2008, mas, talvez aqueles onde a crise foi

<http://www.immigration-professionnelle.gouv.fr/en/proc%C3%A9dures/fiche/residence-permit-exceptional-economic-contribution?highlight=economic%2Bcontribution> consultado a 24-09-2016.

⁴⁰ Ver *Capital Investment Entrant Scheme* disponível em http://www.immd.gov.hk/eng/services/visas/capital_investment_entrant_scheme.html consultado a 28-08-2016.

⁴¹ Ver *Review of the capital investment entrant scheme* disponível em <http://www.legco.gov.hk/yr10-11/english/panels/se/papers/se1019-sbcr110209199-e.pdf> consultado a 28-08-2016.

⁴² Ver *Scheme for Naturalisation of Investors in Cyprus by Exception* em <http://www.moi.gov.cy/moi/moi.nsf/All/1562764E412F7B6DC2257B80005235CF> consultado a 22-09-2016.

⁴³ Ver *Where is the cheapest place to buy citizenship?* disponível em <http://www.bbc.com/news/business-27674135> consultado a 04-10-2016.

mais sentida optaram por montantes de investimento menores para atrair mais imigrantes investidores.

Em Portugal a autorização de residência para investimento considera diferentes montantes de investimento, consoante a opção de investimento. Para a codificação deste indicador consideramos sempre os montantes mínimos de investimento necessários. No programa português esse montante mínimo são 500.000 euros de investimento através da compra de imobiliário. O Despacho MNE/MAI n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro, que estabelece as condições de acesso ao programa, contempla, como opção de investimento, a criação de 10 postos de trabalho⁴⁴. Como não é possível quantificar, por esta via, o montante de investimento, considerou-se 500.000 euros o valor mínimo e foi atribuída a codificação 2 a Portugal.

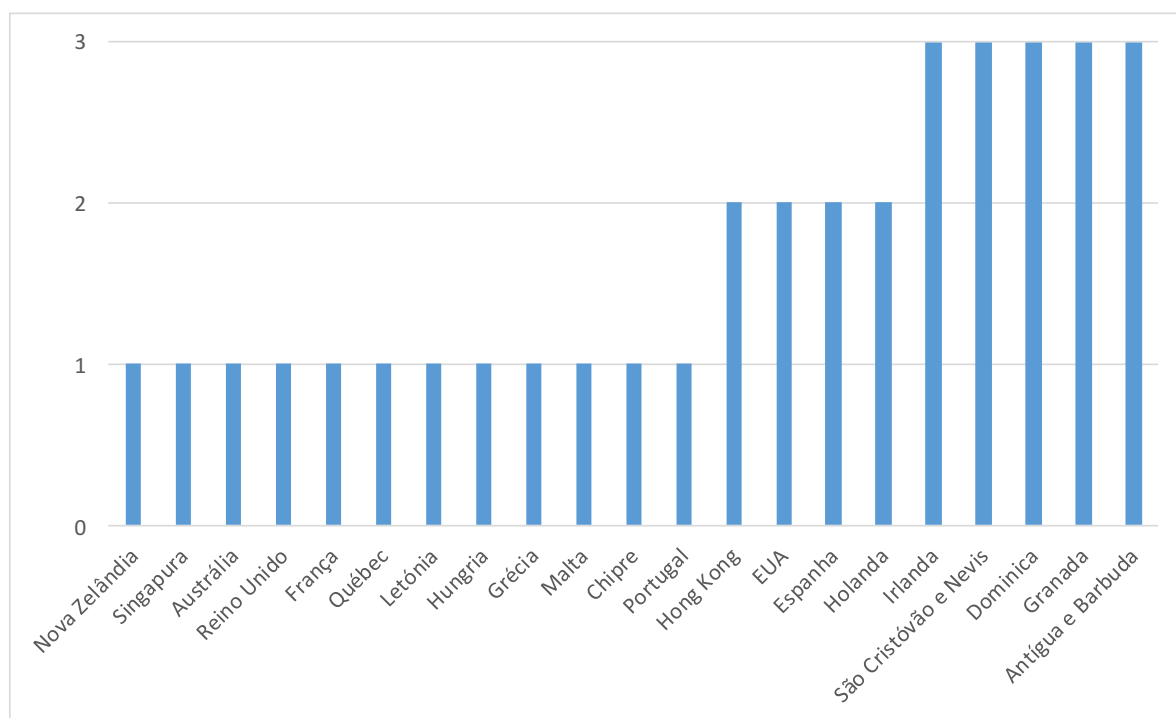
3.1.3 - Espaço temporal de investimento

Este indicador é também um requisito dos diferentes programas de investimento e assume alguma relevância na sua diferenciação. Este relaciona-se com o tempo que os diferentes países exigem que os investimentos efetuados se mantenham para que o direito concedido, autorização de residência ou cidadania, não seja cancelado.

A codificação do espaço temporal de investimento requerido para cada país pode observar-se no gráfico 3. Aqui são codificados com: pontuação 1 os países que congelam o investimento por mais de dois anos; pontuação 2 os países que exigem a manutenção do investimento entre um e dois anos (inclusive) e com codificação 3 os países com permanência dos investimentos até um ano. Para a codificação deste indicador usaram-se três critérios: primeiro a menção explícita na legislação da duração da obrigação de manutenção do investimento; segundo, na ausência da menção explícita, considerou-se como espaço temporal o que é necessário à manutenção do direito concedido; terceiro, considerou-se sempre a opção de investimento com menor exigência temporal. Como já referido, este indicador procura avaliar o grau de compromisso, com o Estado, a que o investidor está sujeito.

⁴⁴ O Despacho MNE/MAI n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro reduziu para 10 o número de postos de trabalho, que inicialmente eram 30 estipulados pelo Despacho MNE/MAI n.º 11820-A/2012, de 4 de setembro.

Gráfico 3 - Espaço temporal de investimento.



Identificou-se um claro padrão, mais uma vez, recebendo a pontuação 3, nos países das Caraíbas em que o espaço temporal de investimento é o mais reduzido e não existe compromisso temporal de investimento. Mais reduzido porque se considerou a opção de investimento a fundo perdido em que não existe, realisticamente, congelamento do investimento, apenas a sua perda total (Sumption & Hooper, 2014). Este padrão agrupa estes países das Caraíbas, que concedem a cidadania, com a codificação máxima, pontuação 3. Esta opção parece apontar para uma escolha, por parte destes Estados, em estabelecer fontes de receita rápida, sem demasiados formalismos e meios de prova adicionais que outros tipos de investimentos exigem. Os outros países que concedem a cidadania, Chipre e Malta, obrigam o investidor a manter, parte dos investimentos (a compra de imobiliário), por três anos no caso de Chipre⁴⁵ e cinco anos no caso Malta⁴⁶. Estes países são pontuados com 1 na codificação deste indicador. Neste caso, Malta e Chipre, procuram além de receitas líquidas um investimento no setor imobiliário.

⁴⁵ Ver *Scheme for Naturalisation of Investors in Cyprus by Exception* em <http://www.moi.gov.cy/moi/moi.nsf/All/1562764E412F7B6DC2257B80005235CF> consultado a 22-09-2016.

⁴⁶ Ver *Individual Investor Program* em <http://iip.gov.mt/> consultado a 30-08-2016.

A Irlanda⁴⁷ é um caso marginal que regista a pontuação máxima neste indicador, mas por razões diferentes. A Irlanda é o único país da amostra que, prevê como forma de investimento uma contribuição a fundo perdido, mas não concede a cidadania. Neste caso, como não há congelamento do investimento a pontuação é máxima, 3. A Holanda⁴⁸ exige um espaço de manutenção dos investimentos de 15 meses, sendo codificada com a pontuação 2. Mas, como a Holanda concede uma autorização de residência válida por um ano, o que requer a sua renovação por parte do investidor para cumprir este requisito, que implica o arrecadar, por parte do Estado, de mais receitas provenientes de taxas.

Alguns dos países mais desenvolvidos como Singapura, Nova Zelândia, Reino Unido, França e outros como Portugal, Grécia, Hungria, Québec e Letónia, prevêem especificamente a manutenção do investimento por períodos mais alargados, apontando provavelmente, para a maximização dos resultados do investimento e para a continuidade do programa. Isto para que o imigrante não seja atraído por uma facilidade de imediata concessão de um direito, através de um rápido investimento, prática sistemática que tem merecido várias críticas (Carrera, 2014; Division, 2014; Johnston, 2013; Shachar & Baubock, 2014).

Portugal exige, especificamente, a manutenção do investimento por cinco anos⁴⁹. A autorização de residência inicial é concedida por um ano, depois prorrogável por períodos de 2 anos, atingidos os seis anos o investidor pode solicitar a cidadania portuguesa. Aqui consideramos o espaço mínimo de manutenção de investimento, cinco anos, a que corresponde a pontuação 1 para este indicador, revelando uma grande restritividade neste requisito.

Outro indicador do índice é o requisito de experiência prévia em investimentos.

3.1.4 - Experiência prévia em investimentos

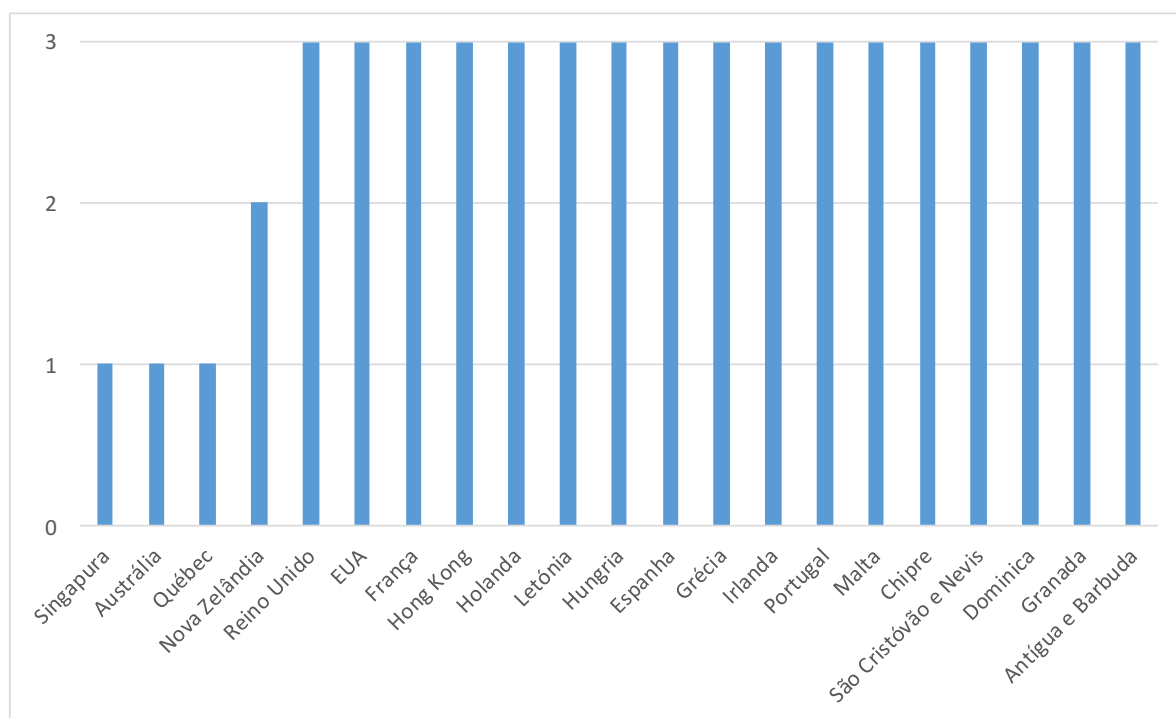
Este indicador é um requisito apenas considerado em quatro casos: Nova Zelândia, Austrália, Singapura e Québec; induzindo mais restritividade para os seus programas. O gráfico 4 mostra a codificação para este indicador.

⁴⁷ Ver *Immigrant Investor Program* disponível em <http://www.inis.gov.ie/en/inis/pages/new%20programmes%20for%20investors%20and%20entrepreneurs> consultado a 29-08-2016.

⁴⁸ Ver *Foreign investor* em <https://ind.nl/EN/individuals/residence-wizard/wealthy-foreign-national> consultado a 25-09-2016.

⁴⁹ Ver art.º 5º do Despacho MNE/MAI n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro – Regime ARI.

Gráfico 4 - Experiência prévia em investimentos.



Os países que não apresentam exigência de experiência prévia em investimentos nas suas propostas assumem uma codificação máxima, pontuação 3. Para os países que elegem esta necessidade existem duas realidades: os países que exigem este requisito apenas para alguns valores de investimento, como é caso na Nova Zelândia para investimentos de 990 mil euros (*Investor Visa*), para investimentos de 6.6 milhões de euros não é necessária experiência (*Investor Plus*)⁵⁰; nos casos de Singapura⁵¹ (*Global Investor Programme*), da Austrália⁵² (*Investor Stream*) e do Québec (*Investor Program*)⁵³ é necessária experiência para qualquer montante de investimento. A Nova Zelândia assume uma codificação de 2 e a Austrália, Singapura e Québec uma codificação de 1, por serem mais restritivos neste indicador. A inclusão deste requisito no desenho legal dos programas de investimento indica a preocupação dos executivos, na atração de

⁵⁰ Ver *Investor Resident Visa* disponível em <https://www.immigration.govt.nz/new-zealand-visas/options/start-a-business-or-invest/explore-business-and-invest-visas> consultado a 05-09-2016.

⁵¹ Ver *Global Investor Program* disponível em <https://www.contactsingapore.sg/en/investors-business-owners/invest-in-singapore/global-investor-programme/> consultado a 09-09-2016.

⁵² Ver *Business Investment Visa* disponível em <http://www.border.gov.au/Trav/Visa-1/888-> consultado a 25-08-2016.

⁵³ Ver *Investor Program* em <http://www.immigration-quebec.gouv.qc.ca/en/immigrate-settle/businesspeople/applying-business-immigrant/three-programs/investors/> consultado a 20-08-2016.

imigrantes especializados que promovam a economia do país, ao selecionar investidores com provas dadas no mundo empresarial.

Portugal não exige qualquer tipo de experiência em investimentos, assumindo uma codificação 3 para esta variável. A não exigência deste requerimento parece espelhar uma opção política no sentido de não tornar o programa excessivamente restrito e, também, porque não era um dos principais objetivos, a captação de empresários qualificados, considerando as formas de investimento disponíveis. De qualquer forma, estes empresários qualificados podem candidatar-se ao programa de investimento português.

3.1.5 - Espaço temporal de permanência física no país

Comum a todas as leis e soluções de imigração é a exigência de um espaço temporal mínimo de permanência física no país, depois de concedida autorização de residência. (Castles & Miller, 2009; Kalin, 2015). Este requisito também é considerado nos programas de investimento para imigrantes. Este espaço temporal corresponde ao período anual mínimo de permanência física no território, exigido por cada programa e, caso os investidores não cumpram este requisito, o direito concedido é cancelado.

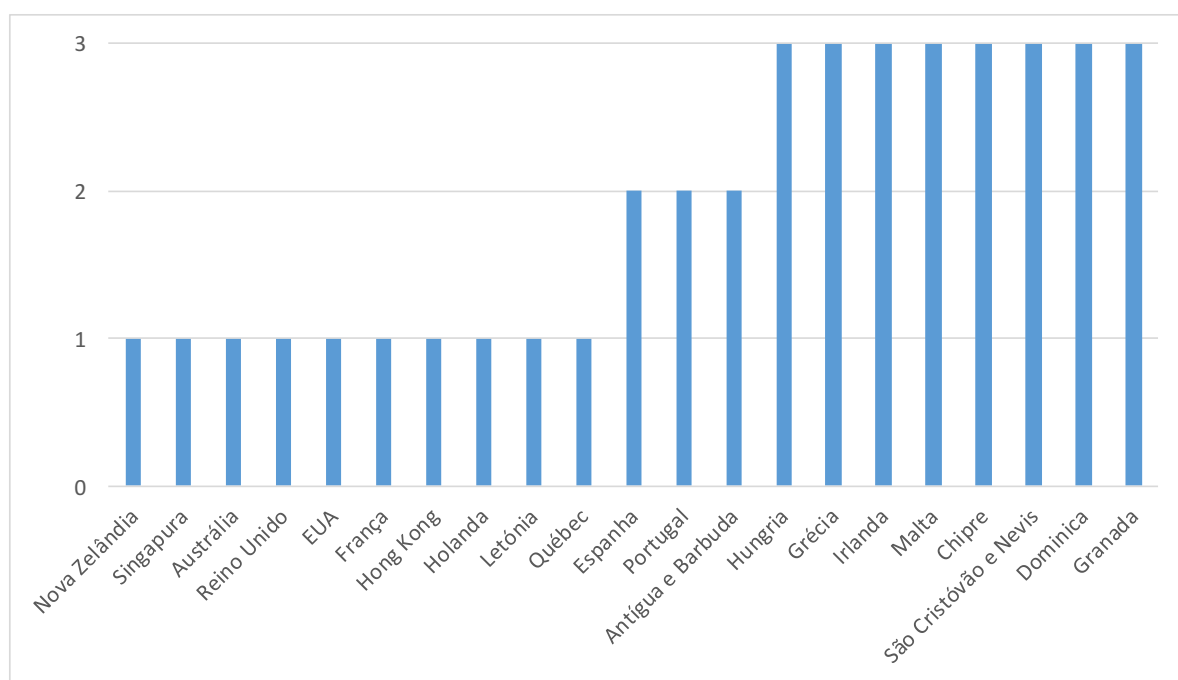
O tipo de imigrantes que recorre a este tipo de programas pretende beneficiar de grande mobilidade através da obtenção de uma autorização de residência ou de um passaporte, através da cidadania, que lhe permita viajar por vários países com isenção de visto (Carrera, 2014; Dzankic, 2015; Sumption & Hooper, 2014). No caso das autorizações de residência concedidas por países europeus, é permitida a deslocação por todo o espaço Schengen sem necessidade de visto. No caso dos países que concedem cidadania, logo um passaporte desse país, os seus beneficiários também podem viajar livremente entre destinos para os quais esses países gozam de isenção de visto. Os países das Caraíbas, membros da Commonwealth, gozam de isenção de visto para muitos países, sendo, por isso, também apelativos os seus programas.

A forma de inclusão deste requisito nos diversos programas e a sua delimitação, isto é, os espaços temporais considerados, revestem enorme importância para o sucesso e abertura legal destes mecanismos (Kalin, 2015; Sumption & Hooper, 2014). Os candidatos a este tipo de autorizações de residência ou cidadania consideram, muitas vezes, uma via *just in case* e não pretendem, inicialmente, residir de facto no país de destino. Pretendem ter uma segunda opção, segura, de residência para si próprios, para a sua família e para os seu património, conhecidas que são as instabilidades nos países

de origem da maior parte dos cidadãos que recorrem a esta possibilidade, como é o caso dos cidadãos chineses (Bongardt & Neves, 2014).

O gráfico 5 apresenta a codificação dos programas de investimento para o requisito de espaço temporal de permanência física no país. Recorda-se que os programas são pontuados, consoante a permanência exigida, com: 1 para espaços temporais maiores ou iguais a 60 dias, 2 para períodos entre 0 e 60 dias e 3 quando o programa isenta o cumprimento deste requisito.

Gráfico 5 - Permanência física no país.



Analisando o gráfico 5 conclui-se que, uma vez mais, os países mais desenvolvidos são os que exigem um espaço temporal mais alargado quanto à presença física no país e de que resulta, portanto, com uma codificação mais reduzida, pontuação 1. Estes países procuram criar no imigrante investidor um sentimento de ligação à sociedade de acolhimento e, que os investidores, criem no país a principal base das suas atividades de investimento, permitindo alavancar a economia (Dzankic, 2015; Ochoa, 2014). Outros países aproveitam este requisito para cativarem os investidores, reduzindo o tempo de permanência física no país ou até isentando os cidadãos de qualquer período de permanência, como ocorre nos casos de países europeus: Hungria, Irlanda, Grécia, Malta e Chipre; ou em países das Caraíbas: Dominica, São Cristóvão e Nevis e Granada. Antígua e Barbuda apenas exige um período residual de residência de 5 dias nos primeiros 5 anos para conservar a cidadania (Kalin, 2015). Trata-se um espaço temporal

quase inexistente, mas que coloca Antígua e Barbuda à margem de todos os outros países que concedem a cidadania: Chipre, Malta, Granada, São Cristóvão e Nevis e Dominica. Talvez, por isto, esteja já prevista a abolição deste requisito numa próxima revisão legislativa (Kalin, 2015, p. 428).

Podemos considerar a Letónia como um caso desviante, uma vez que não se enquadra no grupo dos países mais desenvolvidos e exige, de facto, uma residência efetiva no país. Considerando que o programa foi criado em 2010, a seguir à crise de 2008, que causou uma forte escalada na emigração na Letónia (Blanchard, Griffiths, & Gruss, 2013), a exigência deste requisito aparenta relacionar-se, também, como uma tentativa do aumento da população residente e de desenvolvimento económico.

Irlanda, Grécia e Hungria, países europeus que concedem autorizações de residência, isentam completamente os seus imigrantes investidores da obrigatoriedade de residência no país. Estes países que recentemente sofreram crises económicas (Dapontas, 2011) e ao decidirem sobre esta isenção conferiram mais abertura legal aos programas de investimento propiciando uma maior atratividade aos investidores.

A lei portuguesa exige uma permanência física no país de 7 dias por ano, sendo codificada como 2 para este indicador. Não isenta totalmente a permanência física, mas confere uma liberdade considerável de ausência ao investidor. Esta opção legal aponta para a tentativa de preencher um dos objetivos do imigrante investidor, revestindo o programa de atratividade acrescida, contribuindo, também, para não desvirtuar estes programas como soluções migratórias.

Para além dos requisitos descritos e analisados, considerámos outros indicadores que correspondem aos benefícios atribuídos aos investidores no âmbito dos programas de investimento.

3.2 - Benefícios

Os benefícios são, tal como os requisitos, elementos constitutivos dos programas de investimento e, que neste estudo, funcionam como indicadores para a construção do índice de abertura legal. Estes são também tidos em conta pelos decisores políticos na hora do desenho dos programas de investimento, uma vez que os investidores, vão considerar os benefícios dos diferentes programas na sua escolha final (Carrera, 2014; Kalin, 2015).

Para a amostra considerada foram recolhidos os dados e codificada a informação para os seguintes indicadores: validade temporal do direito concedido (por quantos anos é concedido o direito), direito concedido (qual o direito concedido: autorização de

residência temporária, autorização de residência permanente ou cidadania) e possibilidade de reagrupamento familiar (de que forma os diferentes programas permitem o reagrupamento familiar: imediata, decorrido algum tempo ou não permitem de todo). Inicia-se a análise dos benefícios pela validade do direito concedido.

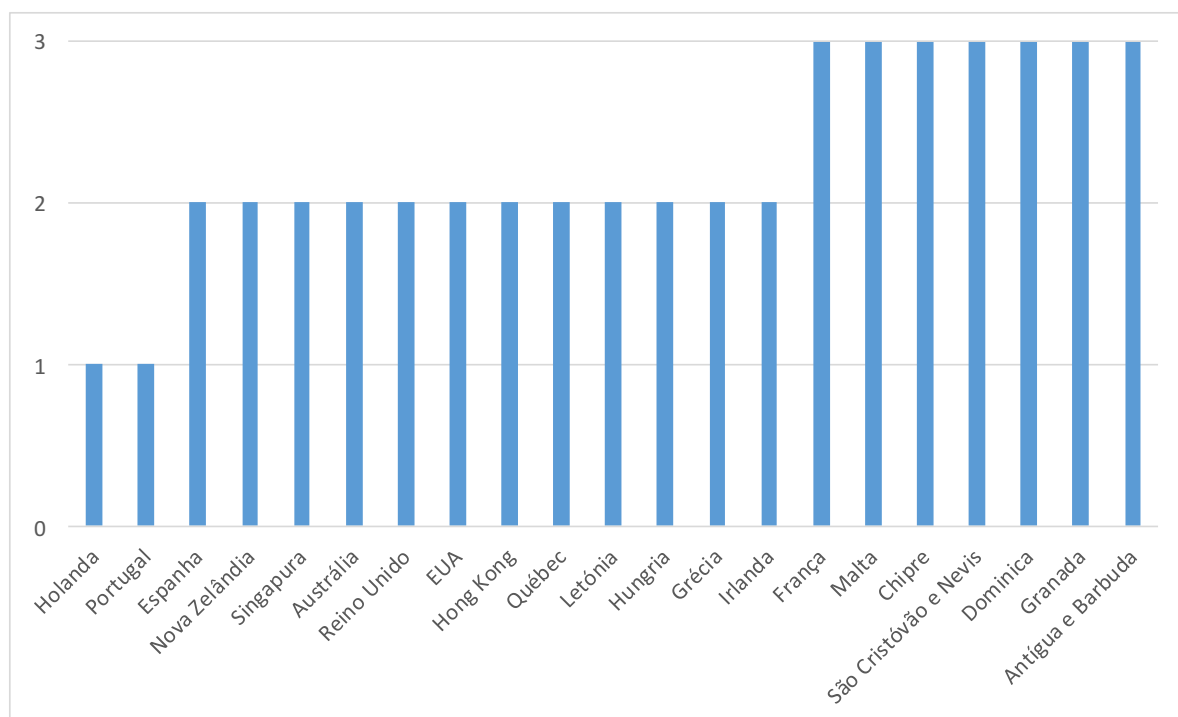
3.2.1 - Validade temporal do direito concedido

Os direitos concedidos ao abrigo dos programas de investimento para imigrantes são: autorização de residência e cidadania. No caso da autorização de residência, esta pode compreender duas modalidades: temporária, com uma menor validade e obriga a uma renovação do direito; ou pode ser permanente, documento com maior validade e que apenas obriga a renovação do documento físico, sendo o direito de residência permanente (Dzankic, 2015; Kalin, 2015).

Para este indicador atribuiu-se a codificação menor, pontuação 1, nos casos dos países que concedem residência com menor validade, até um ano. Depois, pontuamos com 2, nos casos em que os países concedem um direito entre dois e cinco anos; os que concedem mais que cinco anos, refletem a codificação máxima atribuída, pontuação 3.

O gráfico 6 reflete a codificação para as diferentes validades dos direitos concedidos entre os países da nossa amostra.

Gráfico 6 - Validade do direito concedido.



Numa primeira abordagem constatou-se que a maioria dos países, mais de metade da amostra, concede autorizações de residência válidas entre 2 e 5 anos, tendo do, por isso, sido codificados com 2 pontos.

Começar-se-á por analisar os casos com pontuação máxima atribuída: França, Malta, Chipre e os países das Caraíbas. Todos estes países concedem a cidadania, exceto a França que concede uma autorização de residência válida por 10 anos⁵⁴. O caso de França, nomeadamente a extensa validade da autorização de residência, pode estar relacionado com o enorme montante de investimento exigido, 10 milhões de euros. Não só como contrapartida pela elevada aplicação financeira efetuada pelos investidores, mas também para uma melhor avaliação de tão alto investimento. Depois, a Holanda e Portugal concedem autorização de residência válida por apenas um ano, mas renovável, desde que se mantenham os investimentos, assumindo a codificação mínima, pontuação 1. Aqui a opção pela concessão de autorizações de residência válidas apenas por um ano, indica um cuidado acrescido por parte do legislador no controlo da efetivação dos investimentos por partes dos investidores. Isto é, num curto espaço de tempo, um ano, têm que fazer prova que os investimentos se mantêm, transmitindo integridade e controlo do funcionamento ao programa, isto porque existe a exigência da manutenção dos investimentos por um período mais alargado (cinco anos no caso de Portugal e 15 meses no caso na Holanda) que a validade do direito concedido. Esta opção também origina a cobrança de mais taxas, relacionadas com a renovação das autorizações de residência, que, como veremos à frente o exemplo do caso de Granada, atingem valores elevados, constituindo uma fonte de receita adicional.

3.2.2 - Direito concedido

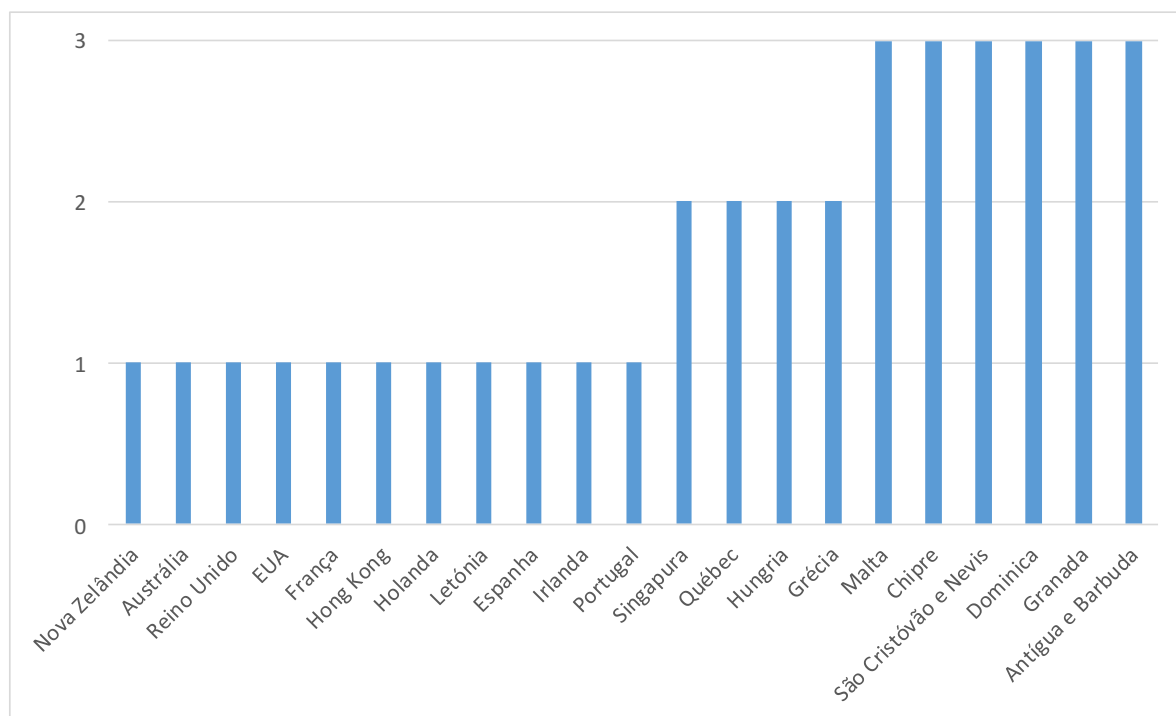
Como direitos concedidos consideraram-se a autorização de residência temporária, autorização permanente e a cidadania. Estes direitos conferem regalias mais ou menos alargadas, como sendo a duração do próprio direito, a possibilidade de exercício de direitos cívicos como o voto em qualquer tipo de eleições, que só a cidadania confere, ou a possibilidade de residir, ou não, por tempo indefinido no país que concede esse direito (Dzankic, 2015; Kalin, 2015; Sumption & Hooper, 2014). Neste sentido, codificamos com pontuação 1 o direito mais restrito, a autorização de residência

⁵⁴ Ver *Residence permit - exceptional economic contribution* disponível em <http://www.immigration-professionnelle.gouv.fr/en/proc%C3%A9dures/fiche/residence-permit-exceptional-economic-contribution?highlight=economic%2Bcontribution> consultado a 24-09-2016.

temporária, com pontuação 2 a autorização de residência permanente e com pontuação 3 a cidadania.

O gráfico 7 reflete a codificação para o indicador relativo ao direito concedido.

Gráfico 7 - Direito concedido.



A análise do gráfico é perentória relativamente ao posicionamento dos países no que diz respeito à restritividade dos seus programas. Como se tem vindo a referir, para os vários indicadores, os países mais desenvolvidos apresentam, geralmente, maior restritividade nas dimensões já analisadas. Os países que têm vindo a apresentar condições mais exigentes, são os que concedem autorização de residência (temporária ou permanente), os países mais abertos relativamente aos indicadores observados, são os países que concedem o direito com mais regalias, a cidadania.

Existem, contudo, dois casos marginais: Singapura e Québec. Estes casos encontram-se entre os mais desenvolvidos da amostra e concedem autorização de residência permanente. No caso de Singapura, depois de concedida esta autorização de residência, os investidores têm que solicitar um visto chamado de reentrada, o qual lhes permite entrar e sair do país. Como contrapartida à concessão da autorização de residência permanente, os homens são obrigados a prestar serviço militar obrigatório (Contact Singapore, n.d.). Caso sejam residentes de primeira geração podem ser

dispensados sob pedido, enquanto os residentes de segunda geração não beneficiam desta dispensa. Outra particularidade sobre Singapura é a possibilidade de concessão de cidadania depois de 2 anos de residência permanente. O único inconveniente é que Singapura não permite a dupla cidadania, obrigando quem quiser beneficiar da cidadania a abdicar da anterior. O caso do Québec está intimamente relacionado com a demografia migratória desta província e do próprio país, o Canadá. Ao atribuir uma autorização de residência permanente, o Québec está a incentivar a residência prolongada de imigrantes e a abrir portas a concessão de cidadania. De fato, o Canadá é um dos países desenvolvidos com mais residentes não nascidos no país (Castles & Miller, 2009). Outro motivo para a concessão de autorização de residência permanente parece relacionar-se com a fraca fixação de imigrantes, no Québec, ao abrigo do programa de investimento federal, entretanto cessado (Division, 2014). A concessão de autorizações de residência permanentes também mostra alguma preocupação, por parte dos Estados, em estreitar a ligação entre o imigrante investidor e a sociedade de acolhimento (Baubock, 2014; Dzankic, 2014). Ao impor alargados espaços temporais de permanência no território, o país está a sujeitar o investidor às mais básicas interações sociais do dia a dia e a fazer parte da sociedade (Ochoa, 2014).

A notória preponderância deste indicador está associada a uma elevada controvérsia (Spiro, 2014), exemplificada pelo caso da introdução deste mecanismo em Malta. Aqui, o *Individual Investor Program* foi inicialmente introduzido como um mecanismo direto de concessão de cidadania (Dzankic, 2015; Johnston, 2013), mas, por pressões da União Europeia, as Autoridades maltesas criaram um período intermédio de 12 meses, em que o investidor aguarda a concessão da cidadania sendo-lhe concedida uma autorização de residência (Comission, 2014). Algo diferente é a solução de Chipre. Este país concede a cidadania, sobre o seu programa *Scheme for Naturalisation of Investors in Cyprus by Exception*⁵⁵, no entanto o montante de investimento exigido é bastante superior ao de Malta, o dobro. Chipre também sofreu uma grave crise financeira, inclusive oferecendo a nacionalidade a quem tivesse perdido três milhões de euros em aplicações financeiras (Dzankic, 2015).

A separação de programas de investimento, verificada neste indicador, sugere que os estados que propõem a cidadania, mas também autorização de residência permanente, desejam abrir legalmente os seus programas de investimento por forma a captar mais investidores e receitas diretas para os cofres do Estado.

⁵⁵ Ver *Scheme for Naturalisation of Investors in Cyprus by Exception* disponível em <http://www.moi.gov.cy/moi/moi.nsf/All/1562764E412F7B6DC2257B80005235CF> consultado a 22-09-2016.

Outro benefício considerado na construção dos programas de investimento é a possibilidade de reagrupamento familiar.

3.2.3 - Possibilidade de reagrupamento familiar

Este indicador é um benefício dos programas de investimento considerado pelos diferentes países de igual forma. Todos os países permitem o reagrupamento de forma imediata quando concedem o direito: autorização de residência ou cidadania; acrescido de taxas adicionais consoante o número de familiares a reagrupar (Kalin, 2015). Neste sentido, como todos os programas tratam o reagrupamento familiar de igual forma, todos os países a receberam a codificação máxima de valor 3.

Pode-se, então, colocar a seguinte questão: qual a razão de incluir este benefício como indicador na construção do índice de abertura dos programas de investimento?

Inclui-se o reagrupamento familiar como indicador pela importância fundamental que a vertente familiar ocupa no processo migratório (Castles & Miller, 2009; Lee, 1969; Ravenstein, 1889). Com efeito, a componente familiar é basilar na escolha do imigrante ao mudar do país, esta ideia também é válida no específico caso migratório em estudo nesta dissertação. Se o imigrante procura este tipo de soluções quer seja pela procura de melhor qualidade de vida ou estabilidade para si ou para o seu património, o mesmo tem sempre em conta a sua família.

Mas não só a necessidade ou vontade do investidor se querer fazer acompanhar da sua família é o fator fundamental e decisivo pela inclusão deste indicador no desenho legal. Na verdade, a possibilidade de reagrupamento familiar origina o pagamento de mais taxas por cada elemento de família a reagrupar (Dzankic, 2015; Sumption & Hooper, 2014). Os órgãos políticos decisórios, durante a construção dos programas de investimento, não esquecem a inclusão deste benefício, porque as taxas ou emolumentos a pagar por cada familiar a reagrupar assumem valores bastante elevados. Tomando-se como exemplo o caso de Granada que, pelas taxas de análise e concessão, cobra, no mínimo, 7.500 euros, mas estes valores podem ascender a 54.000 euros⁵⁶, conforme a opção de investimento. No presente estudo não foram contabilizadas estas e outras taxas, uma vez que não foi possível reunir a informação necessária.

As secções que se seguem apresentam, em primeiro lugar o índice global de abertura legal dos programas de investimento e, posteriormente, pondera-se qual o peso

⁵⁶ Ver *Costs and Fees* disponível em <http://www.cbi.gov.gd/grenada-citizenship/application-fees/> consultados aos 01-11-2016

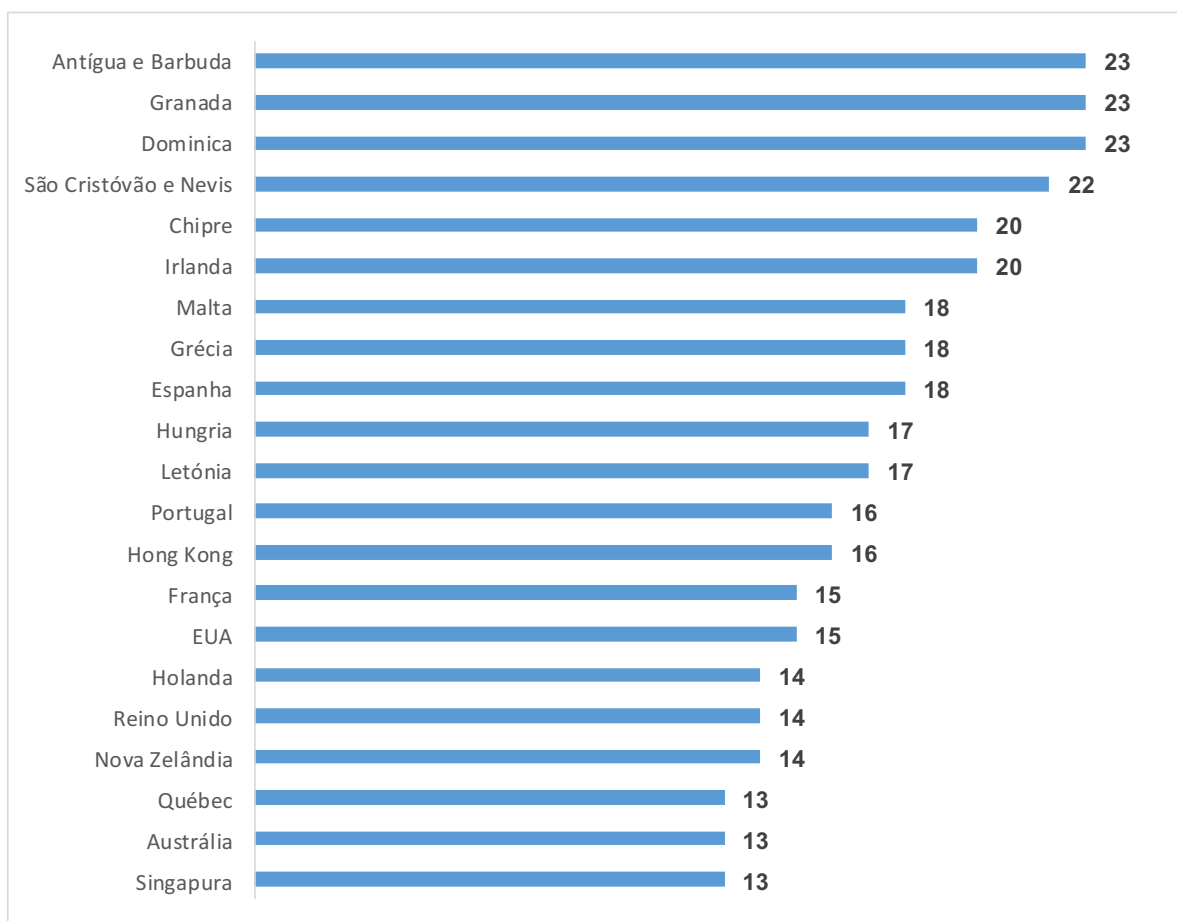
que cada um destes indicadores até aqui analisados tem no índice global de abertura legal calculado.

3.3 - O índice global de abertura legal

Um dos objetivos da dissertação é a construção de um índice de abertura legal dos programas de investimento disponibilizados pela amostra considerada.

Assim o índice que se construiu resulta da codificação da informação disponibilizada nas fontes de informação consultadas: legislação, *sites* institucionais e brochuras. A informação foi reunida numa base de dados⁵⁷ com a codificação dos diferentes programas de investimento da amostra considerada. Através da análise de cada indicador e de cada programa foi possível construir o Índice de Abertura Legal, que pode atingir uma pontuação máxima de 24. Este Índice é apresentado no gráfico 8.

Gráfico 8 - Índice de Abertura Legal.



Este índice ordena os diferentes países segundo a abertura legal dos seus programas de investimento. Singapura, Austrália e Québec surgem como os casos que oferecem os programas mais restritos legalmente, com uma pontuação de 13; Antígua e Barbuda, Dominica e Granada são os países que disponibilizam programas de investimento mais abertos, somando uma pontuação geral de 23 em 24 possíveis.

O gráfico 8 apresenta alguns padrões que não se podem deixar de identificar. Em primeiro lugar, os países com índices mais reduzidos correspondem aos países mais desenvolvidos: Nova Zelândia, Singapura, Québec, Austrália, Reino Unido, França, E.U.A. e Holanda. Já os países com programas mais abertos são os países das Caraíbas: São Cristóvão e Nevis, Antígua e Barbuda, Dominica e Granada; os menos desenvolvidos.

Em segundo lugar, também existe um agrupamento dos países por tipo de investimento efetuado. Os países com programas mais restritos são aqueles essencialmente virados para o investimento económico e a criação de emprego (Kalin, 2015; Sumption & Hooper, 2014). Os países que disponibilizam programas de investimento com maior abertura formal são aqueles que consideram investimentos essencialmente classificados como “doações”, em fundos sem retorno, novamente o caso dos países das Caraíbas, Irlanda, Chipre e Malta que também contemplam esta opção de investimento. Os países situados entre os extremos são os que apresentam programas de investimento essencialmente dedicados ao mercado imobiliário: Portugal, Espanha, Letónia, Grécia (Carrera, 2014; Dzankic, 2015). Aqui a Letónia surge penalizada no índice geral por exigir um tempo de investimento alargado e presença física no território mais exigente que os restantes países. Portugal também apresenta um índice de abertura algo restrito, principalmente por exigir uma manutenção do investimento por 5 anos e conceder uma autorização de residência temporária válida apenas por 1 ano, o que induz bastante restritividade. A Hungria apresenta um programa com investimento em obrigações governamentais, surgindo, classificada no índice de abertura legal, entre os programas classicamente designados como imobiliários.

Em terceiro lugar, os países também surgem agrupados conforme o direito concedido. Dos sete países melhor classificados no índice de abertura legal, todos, menos a Irlanda, concedem a cidadania como direito: Chipre, Malta, São Cristóvão e Nevis, Antígua e Barbuda, Dominica e Granada. A Hungria e a Grécia surgem bem classificados no segundo grupo, também, porque oferecem autorização de residência permanente, válida por 5 anos, mais pontuada que a autorização de residência

⁵⁷ Ver Anexo 1 – Tabela de codificação do índice de abertura

temporária. Esta análise sugere que este indicador tem uma influência considerável na abertura ou restritividade dos programas de investimento.

Em quarto lugar, pode-se observar um outro padrão que agrupa os países segundo o montante de investimento exigido. Aqueles que impõem montantes de investimentos mais elevados assumem posições inferiores no índice e os que admitem valores de investimento mais reduzidos apresentam uma melhor classificação no índice geral. Chipre, segundo país com montante de investimento exigido mais elevado e Malta, também com considerável montante de investimento, surgem com elevada abertura legal, podendo atenuar a contribuição deste indicador no índice de abertura legal.

Em quinto lugar, há que notar que os países surgem, também, agrupados segundo o espaço temporal exigido de permanência física no país. Os países que obrigam a uma verdadeira residência no território com espaços temporais de permanência mais elevados são os que ocupam uma posição inferior no índice e apresentam programas mais restritivos. Estes países procuram que os investidores se envolvam mais com a sociedade de destino e que a escolham como base principal dos seus investimentos (Baubock, 2014; Dzankic, 2012, 2014). Esta escolha também gera mais receitas através de impostos e produz um efeito multiplicador na economia através criação de emprego e do consumo (Dzankic, 2012). Aqueles que isentam os investidores ou requerem períodos reduzidos de permanência são os países mais bem cotados no índice e que construíram programas de investimento mais abertos. Na realidade dos 8 países da amostra considerada, quase metade, isenta totalmente os investidores de permanecer no território. Pode-se concluir que este é um indicador fundamental na diferenciação da permeabilidade dos programas e que coincide com um dos grandes objetivos dos imigrantes investidores: a mobilidade (Carrera, 2014; Johnston, 2013; Sumption & Hooper, 2014).

Finalmente, pode-se também concluir que os países das Caraíbas são os que apresentam os programas mais abertos. No contexto europeu, os países que adotaram soluções menos restritas, como Malta, Espanha, Grécia, Irlanda, Chipre, são países que apresentam ou apresentaram, recentemente, problemas relacionados com défices excessivos⁵⁸. Também Portugal apresentou o mesmo problema financeiro, mas surge no índice de abertura legal como um programa algo restrito, mas, como já referido, esta

⁵⁸ Ver *General government debt, 2013 and 2014* disponível em [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/File:General_government_debt,_2013_and_2014_\(%C2%B9\)_%28general_government_consolidated_gross_debt,_%25_of_GDP%29_YB15_IL.png](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/File:General_government_debt,_2013_and_2014_(%C2%B9)_%28general_government_consolidated_gross_debt,_%25_of_GDP%29_YB15_IL.png) consultado a 08-11-2016.

restritividade deve-se, sobretudo, ao elevado tempo exigido de manutenção dos investimentos, procurando assegurar a integridade do programa.

3.3.1 – Elementos constitutivos do índice de abertura legal

Como se constatou, os diferentes indicadores parecem exercer pesos diferentes. A influência que cada indicador exerce foi estatisticamente calculada, utilizando o teste de Spearman rho, obtendo-se as diferentes correlações de cada indicador com o índice de abertura legal. A tabela 3 apresenta as diferentes correlações e significâncias dos diferentes indicadores e, também, para a totalidade dos indicadores relativos aos benefícios e aos benefícios.

Tabela 4 - Indicadores e índice global de abertura formal (coeficientes de correlação)

Indicadores	Correlação (spearman rho)	Significância p-value
Formas de investimento	0.222	0.334
Montante de investimento	0.592	0.005
Espaço temporal de investimento	0.630	0.002
Experiência prévia em investimentos	0.671	0.001
Permanência física no país	0.825	0.000
Total de requisitos	0.935	0.000
Validade temporal do direito	0.627	0.002
Direito concedido	0.604	0.004
Total de benefícios	0.590	0.005

Começando pelo indicador formas de investimento, o mesmo apresenta uma fraca correlação positiva entre este indicador e o índice de abertura, (spearman rho: 0.222, p-value: 0.334). É o indicador dos programas de investimento menos relevante na diferenciação da permissividade dos mesmos. Estes resultados podem explicar-se pela escolha diversificada entre uma, duas ou três formas de investimentos, efetuada pelos diferentes Estados. Isto é, não existe uma nítida inclinação de uma maioria clara de países em escolher um certo número de formas de investimento, nem de países com índices mais restritos ou mais abertos escolherem, predominantemente, um certo número de formas de investimento.

Considerando o indicador montante de investimento, este apresenta uma moderada correlação positiva, (spearman rho: 0.592, p-value: 0.005) com o índice de

abertura legal dos programas, revelando contribuir positivamente para a abertura legal dos programas de investimento, sendo o mesmo encarado com bastante cuidado pelos executivos na hora de balizar este requisito (Committee, 2015; Kalin, 2015; Singer & Galdes, 2014). Aqui, por se estar perante um requisito, tem que se ter em atenção que a uma maior exigência de valores de investimento corresponde uma codificação mais reduzida que reproduz mais restrição; a uma menor exigência corresponde uma codificação mais elevada e uma indução mais alargada no índice de abertura legal. Estes dados sugerem que os programas com maior índice de abertura são os países que exigem menores valores de investimento. Como casos marginais a esta leitura, encontramos Chipre e Malta, países que apresentam um índice de abertura relativamente elevado, assim como elevados montantes de investimento. A marginalidade destes dois países impede que a correlação deste indicador não seja ainda mais elevada. Não considerando relações de causalidade, impossibilitadas pelo teste de spearman rho, provavelmente os executivos aprovam valores de investimento mais reduzidos para que os seus programas sejam mais abertos, na tentativa de captar mais investidores. Desta forma os resultados obtidos tendem a confirmar a hipótese H1, a qual postulava que o índice global de abertura estava positivamente correlacionado com o montante de investimento exigido.

Relativamente ao espaço temporal de investimento, verifica-se uma correlação forte e positiva (spearman rho: 0.630, p-value: 0.002) com o índice de abertura legal. Este indicador constitui, também, uma dimensão considerada de forma transversal em todos os programas de investimento e, como os dados indicam, não pode ser descartada a sua influência na permeabilidade revelada pelo índice de abertura legal. De fato, identificaram-se dois claros padrões relativamente a este indicador: por um lado os países com os programas mais restritos exigem um maior espaço temporal de investimento, por outro, os países com os programas mais abertos exigem um menor hiato temporal em que os investimentos estão congelados ou simplesmente este congelamento não existe. Este é um requisito bastante importante no desenho dos programas de investimento pois procura assegurar integridade aos investimentos efetuados e por outro cativar os potenciais requerentes (Committee, 2015; Sumption & Hooper, 2014).

A experiência prévia em investimentos tem uma correlação forte e positiva (spearman rho: 0.671, p-value: 0.001) com o índice de abertura legal. A exigência deste tipo de experiência é considerada apenas por quatro casos: Austrália, Singapura, Nova Zelândia (neste caso só para alguns montantes de investimento) e Québec, países que

apresentam programas legalmente mais fechados. Este padrão fica ainda mais marcado uma vez que estes quatro países ocupam as posições menos pontuadas do índice de abertura legal. Este indicador contribui, de forma importante, para a variabilidade do índice dos programas de investimento, induzindo restritividade adicional nos programas que englobam este elemento na arquitetura legal.

Outro requisito considerado diz respeito ao espaço temporal de permanência no país. Este indicador influencia determinantemente o índice de abertura legal deste tipo de programas, apresentando uma correlação positiva muito forte e significativa (spearman rho: 0.825, p-value: 0.000) com o índice de abertura. Esta forte correlação pode indicar que os países encaram esta dimensão de forma séria ao optarem por programas mais restritos ou mais abertos. Os países com índices mais fechados impõem limites temporais de permanência mais elevados e, países com índices mais permissivos, são menos exigentes relativamente a este requisito ou não impõem qualquer período obrigatório de permanência física no país. A importância deste indicador no índice de abertura legal é demonstrada pela isenção de permanência física no país, por parte de 8 países, em que 7 ocupam as posições mais pontuadas. Fica clara a importância deste requisito que condiciona a mobilidade dos investidores. Mobilidade esta que é um objetivo fundamental dos requerentes dos programas de investimento (Dzankic, 2015; Sumption & Hooper, 2014) e, como tal, não pode deixar de ser alvo de uma avaliação cuidada por parte dos executivos na forma como incorporam e consideram legalmente esta exigência. Considerando os resultados do teste de spearman rho, provavelmente a exigência temporal de permanência física no país é legalmente introduzida nos programas de forma mais aberta por forma a captar mais investidores. Desta forma, pode confirmar-se a hipótese H2 que correlacionava positivamente o índice de abertura legal com a exigência temporal de permanência física no país.

Examinam-se agora os benefícios. A validade temporal do direito concedido apresenta uma forte correlação positiva e significativa (spearman rho: 0.627, p-value: 0.002) com o índice de abertura legal. Verifica-se que a maior parte dos países, mais de metade da amostra (12 no total), concede direitos (autorizações de residência) com validades entre os dois e 5 anos. Outro grupo, composto por 7 países, concede o direito por mais de 5 anos (França por 10 anos, os restantes concedem cidadania que é vitalícia). Estes dois grandes conjuntos, refletem a importância deste indicador para a ordenação do índice de abertura legal.

Outro benefício é o direito concedido, indicador com forte correlação positiva e significativa com o índice de abertura legal (spearman rho: 0.607, p-value: 0.004). Dos 7

países com maior pontuação no índice de abertura legal, apenas um (Irlanda) não concede a cidadania e dos 10 primeiros apenas dois (Irlanda e Espanha) não concedem cidadania ou autorização de residência permanente. Este indicador, relativo a concessão de um direito de soberania é também alvo de consideração cuidada e muitas críticas na forma como é atribuído através dos programas de investimento (Carrera, 2014; Johnston, 2013). Inicialmente, na hipótese H3, supunha-se que o índice de abertura legal estaria positivamente correlacionado com o direito que os programas de investimento concedem. Os dados apresentados sugerem que os programas com maior índice de abertura legal são os países que concedem o direito mais alargado, a cidadania. Apesar de os testes de correlação não permitirem estabelecer relações de causalidade, provavelmente os executivos concedem direitos mais alargados, construindo programas mais abertos para atraírem mais investidores. Desta forma os resultados obtidos tendem a confirmar a hipótese H3.

Verifica-se que a possibilidade de reagrupamento familiar não influencia a permeabilidade do índice de abertura legal dos programas de investimento, uma vez que esta hipótese é considerada de igual forma por todos os países. Tal não se verifica no caso dos outros indicadores que, com maior ou menor peso, contribuem para a variabilidade verificada nos diferentes programas. A transversalidade com que é considerado este indicador, revelada a importância da família no processo migratório (Castles & Miller, 2009), mas também por proporcionar elevadas receitas provenientes de taxas relacionadas com análise de processos e emissão de documentos (Kalin, 2015).

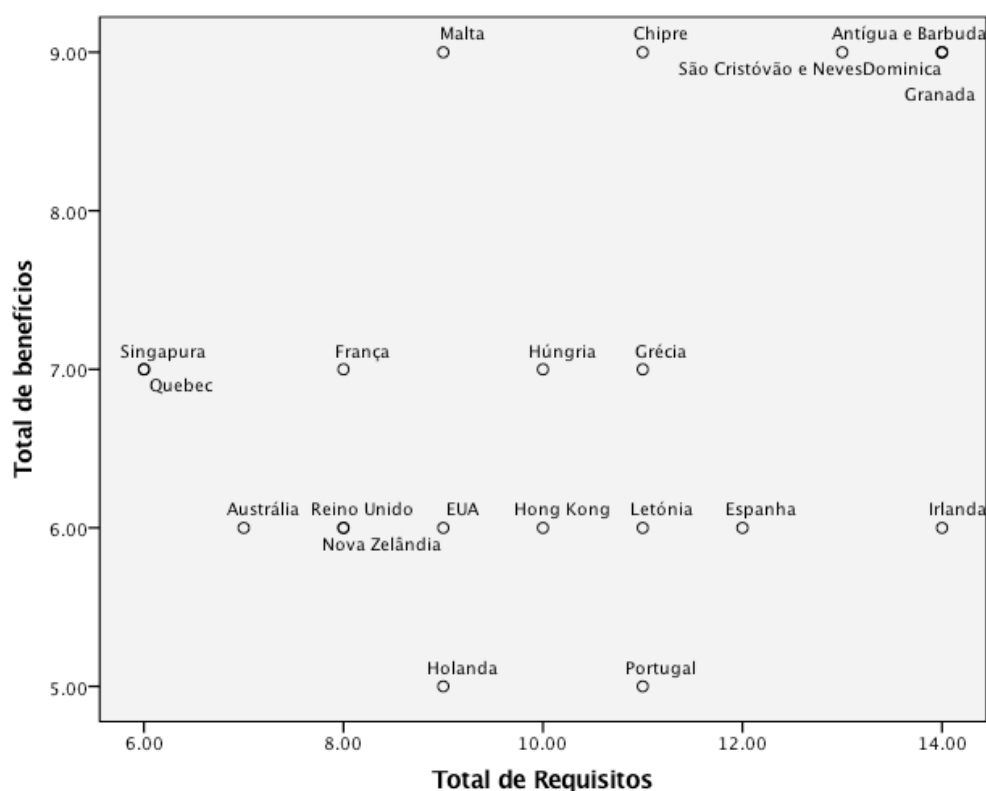
Como se pode observar, um indicador destaca-se largamente dos restantes. O espaço temporal exigido de permanência física no país. Este relaciona-se com a mobilidade mundial que os imigrantes investidores pretendem alcançar através da concessão de autorizações de residência ou cidadania. É o indicador que mais peso apresenta e mais contribui para a distribuição dos países no índice de abertura legal. Relativamente às tipologias de investimento é o indicador que apresenta uma correlação mais reduzida e não significativa com igual contribuição para o índice de abertura. Os restantes indicadores apresentam correlações com o índice de abertura legal moderadas ou fortes, com valores de correlação não muito díspares, podendo indicar que estes indicadores são importantes na hora de legislar sobre programas de investimento.

Efetou-se, também, uma análise para o conjunto dos requisitos e para o conjunto dos benefícios em que se procurou observar qual a influência dos dois grupos de indicadores no índice de abertura legal. Primeiro, considerando o conjunto total de requisitos, este apresenta uma correlação positiva muito forte (spearman rho: 0.935, p-

value: 0.000) com o índice de abertura legal dos programas. As pontuações totais obtidas pelos países, relativamente aos requisitos, são determinantes para o resultado final no índice de abertura legal. Tal deve-se a duas condicionantes: o número de requisitos é mais elevado que o número de benefícios; e o indicador com correlação positiva mais elevada pertence ao grupo dos requisitos. Relativamente ao conjunto total dos benefícios, o mesmo apresenta uma moderada correlação positiva, (spearman rho: 0.590, p-value: 0.005). Aqui, apesar de sabermos que os benefícios considerados, que influenciam o índice de abertura legal, são apenas dois, o conjunto destes indicadores ainda apresenta uma correlação importante com o índice de abertura legal.

O Gráfico 9 apresenta a relação entre a pontuação obtida, por cada país, para os requisitos e a pontuação obtida para os benefícios.

Gráfico 9 - Relação entre benefícios e requisitos



Os países mais pontuados, nas duas dimensões, são os países das Caraíbas. Os mesmos são mais permissivos nos requisitos e mais alargados nos direitos (Sumption & Hooper, 2014). Juntamente com estes países, Chipre e Malta concedem a cidadania e surgem mais penalizados na dimensão dos requisitos, uma vez que exigem investimentos mais elevados e, no caso de Malta, uma única opção de investimento. Singapura, Québec e Austrália são os mais exigentes relativamente aos requisitos,

apresentando a menor pontuação nesta vertente. Curiosamente são os únicos países que exigem, para qualquer investimento, experiência prévia em investimentos, indicador com forte correlação positiva com o índice de abertura legal. Holanda e Portugal são os países mais restritos na dimensão dos benefícios: são os únicos países a conceder autorizações de residência temporárias válidas por um ano. A Irlanda apresenta elevada pontuação nos requisitos porque prevê uma opção de investimento sem congelamento dos respetivos montantes, a “doação”, não exige experiência em investimentos e não obriga a qualquer presença física no território.

Tal como definidos anteriormente, esta dissertação pretende analisar não apenas as características individuais dos programas de investimento, procurando aferir que características mais influenciam a abertura legal dos programas; mas também analisar os fatores que potencialmente explicam a abertura legal dos programas de investimento. Na próxima secção abordamos estes fatores em algumas das hipóteses formuladas.

3.3.2 – Fatores explicativos da permeabilidade do índice de abertura legal

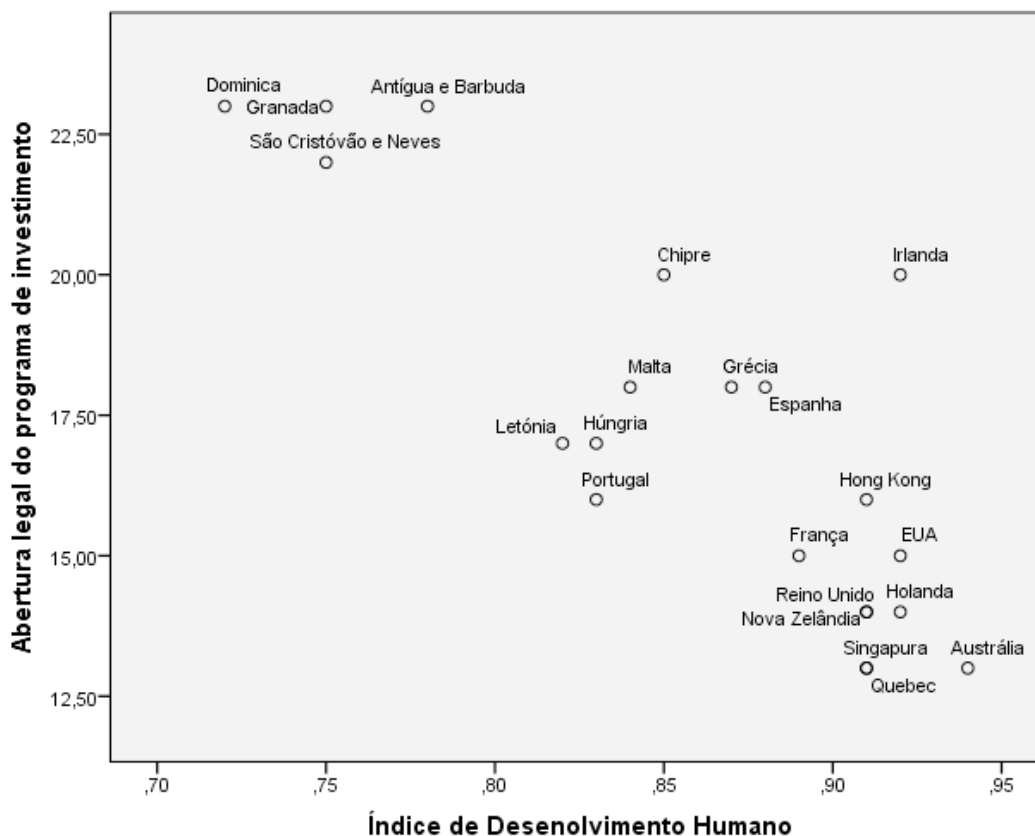
Ao longo do presente trabalho estudaram-se as características individuais dos programas de investimento, enquanto indicadores que permitiram a sua análise e diferenciação e que considerámos para a construção do índice de abertura legal dos programas de investimento.

Ponderado um índice de abertura legal dos programas de investimento nos países em análise, esta secção propõe-se averiguar quais os fatores que potencialmente explicam a abertura legal identificada. Esta secção permite, assim, testar a hipótese de que os países menos desenvolvidos utilizam estes programas como forma de captar receitas extraordinárias e com isso desenvolver as condições internas e proporcionar melhores condições socioeconómicas aos seus habitantes (Owen, 2014; Sumption & Hooper, 2014). Assim, procurou-se estimar até que ponto as condições de qualidade de estado de direito e desenvolvimento socioeconómico influenciam a arquitetura dos programas de investimento e consequentemente a sua abertura legal. Para medir estas condições nos países de destino escolheram-se os seguintes índices, cada um relacionado com hipóteses formuladas no enquadramento metodológico: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto *per capita*, e *Rule of Law*.

Começou-se por analisar o desenvolvimento socioeconómico dos países e recordar a hipótese H4. A mesma previa que quanto menor a qualidade de vida de um país maior seria a abertura do seu programa de investimento. Considerou-se a qualidade de vida medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano (Jahan, 2015). O gráfico 10

mostra a relação entre o Índice de Abertura Legal e o Índice de Desenvolvimento Humano.

Gráfico 10 - Relação entre o Índice de Abertura Legal e o IDH.



Este gráfico mostra que os programas de investimento mais restritos são os proporcionados pelos países que possuem maior IDH. Os programas de investimento mais alargado pertencem aos países com IDH mais reduzido.

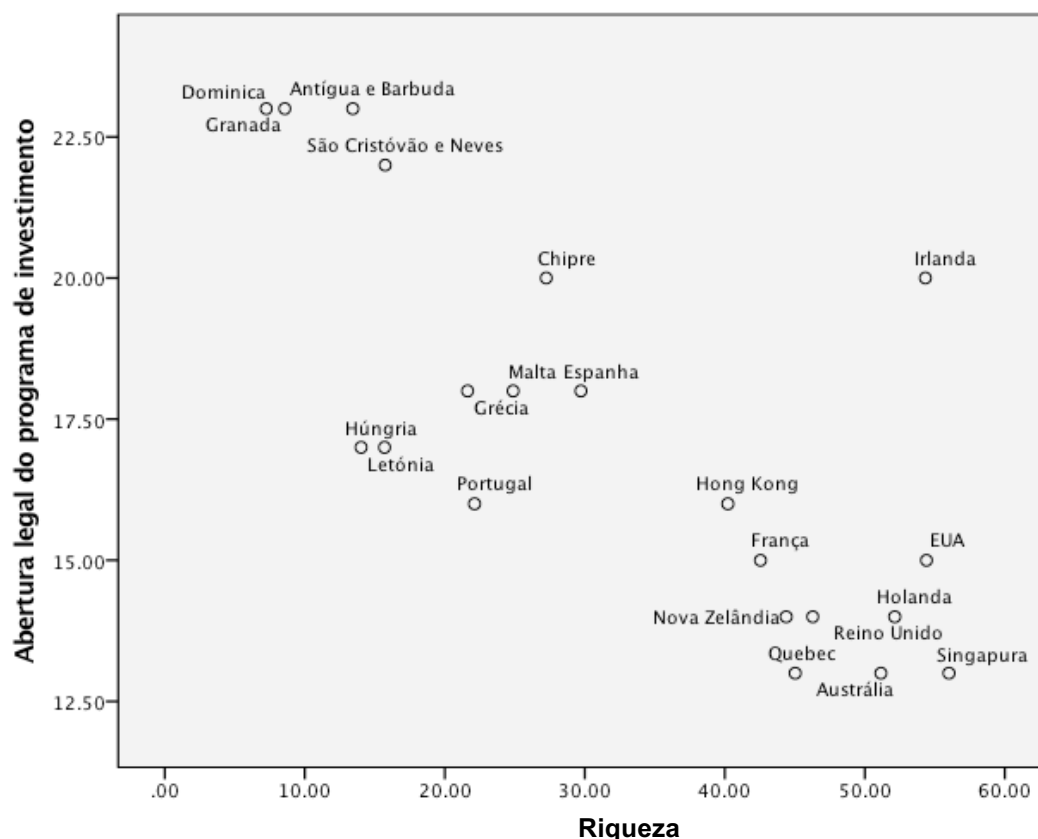
Distinguiram-se três grupos claramente. O primeiro, composto pelos países das caraíbas, com reduzido desenvolvimento humano e com elevada abertura legal dos seus programas de investimento. Este conjunto agrupa países com desenhos legais muito semelhantes: todos concedem a cidadania, todos preveem a forma de investimento de “doação” e esta forma de investimento é pouco exigente quanto ao montante a investir (Kalin, 2015; Sumption & Hooper, 2014). O segundo, que engloba países com programas de investimento mais voltados para o imobiliário: Grécia, Espanha, Portugal e Letónia (Dzankic, 2015). Também Malta está neste grupo, mas este país apresenta um programa de investimento, como já referido, distinto, inflexível na opção de investimento que originou uma redução da abertura legal. Se considerasse mais opções de investimento poderia colocar-se, neste quadro, ao lado de Chipre. Neste grupo encontra-se um caso

que se afasta um pouco da relação (entre o IHD e a abertura legal) descrita: a Irlanda, que apresenta um elevado IDH, mas uma abertura legal elevada. Como já descrito é um país que esteve sujeito a um programa de assistência financeira e é também considerado como paraíso fiscal (Gravelle, 2015), fatores que podem influenciar particularmente a abertura legal destes programas, nomeadamente quanto aos montantes de investimento, tipologias de investimento e exigência de permanência física no país. O terceiro grupo, reúne os países mais desenvolvidos com programas de investimento mais restritos e que fazem escolhas criteriosas no desenho dos seus programas (Committee, 2015; Kalin, 2015; Singer & Galdes, 2014).

Neste contexto, realizou-se novamente um teste spearman rho, que devolveu um valor de correlação moderado e negativo (spearman rho: -0.600, p-value: 0.004) entre o índice global de abertura e o montante de investimento exigido. Estes dados sugerem que os programas com maior índice de abertura global são os países que apresentam um menor IDH. Mais uma vez, não considerando relações de causalidade, provavelmente os executivos dos países menos desenvolvidos aprovam programas mais abertos por forma a captar mais investimento para desenvolver o país. Desta forma, os resultados obtidos tendem a confirmar a hipótese H4.

Ainda na vertente do desenvolvimento socioeconómico, aborda-se agora à hipótese H5, que considera a relação entre o crescimento económico e a abertura dos programas de investimento. Mediu-se crescimento económico através do Produto Interno Bruto *per capita*, dados disponibilizados pelo Banco Mundial. O gráfico 11 mostra a relação entre o índice de abertura legal e o crescimento económico.

Gráfico 11 - Relação entre o Índice de Abertura Legal e Riqueza.



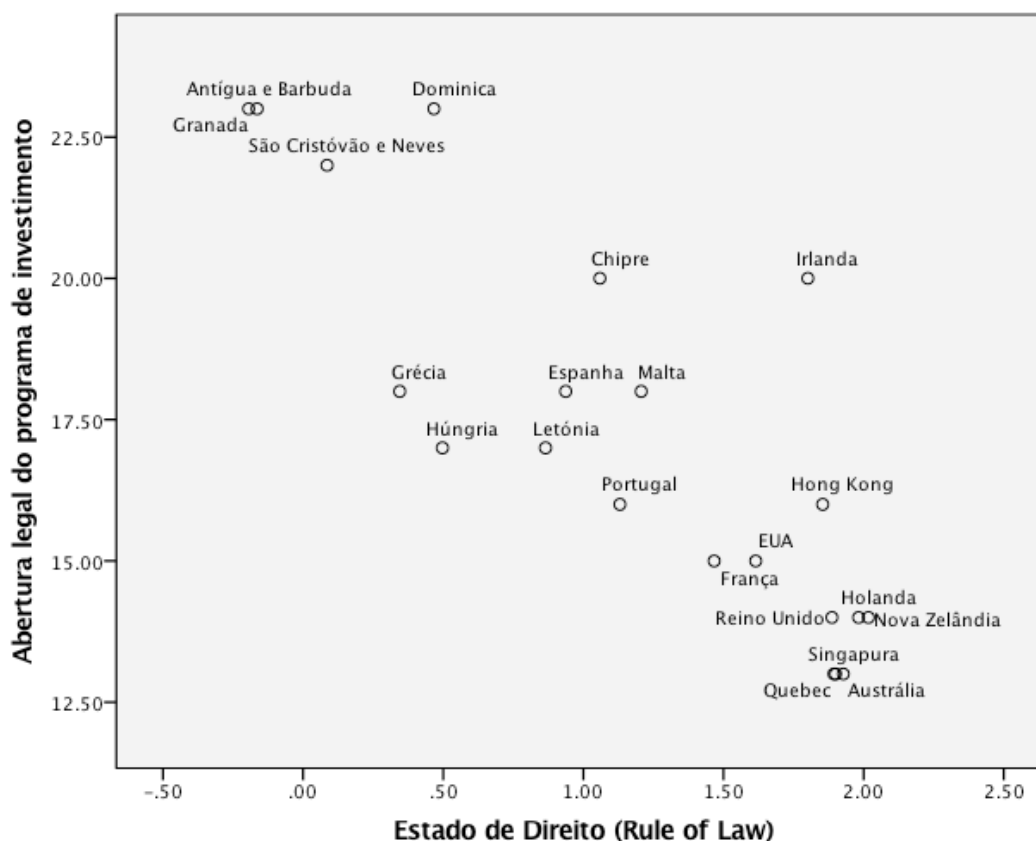
Analisando o gráfico 11, percebe-se, pela distribuição dos resultados, que os países com maior riqueza são aqueles que adotaram programas de investimento mais restritos e os países com menor riqueza proporcionam soluções de investimento mais abertas. Existem um caso desviante, que importa abordar. A Irlanda apresenta um elevado PIB *per capita* mas, não surge agrupada com os países com igual nível de desempenho neste indicador económico, apresentando um mecanismo de investimento mais aberto. Isto porque a solução irlandesa apresenta pontuação máxima num indicador com elevado peso no índice de abertura legal, o período mínimo de permanência no país, procurando proporcionar aos investidores, um dos seus objetivos, grande mobilidade a nível mundial (Carrera, 2014). Para a abertura do programa irlandês também contribuem: a não existência de congelamento de investimento (no caso de doação, não há compromisso futuro para com o Estado, o investidor fica livre de qualquer requisito relacionado com a manutenção de investimento) e a atribuição de um direito (autorização de residência válida por 5 anos). Todos estes indicadores têm correlações positivas e significativas com o índice de abertura legal. Mais uma vez a possível explicação para esta abertura legal pode residir nos problemas financeiros que a Irlanda atravessou e,

também, por ser considerada um paraíso fiscal, procurando através do programa de investimento atrair mais investidores.

Foram realizados testes de correlação entre a riqueza de cada país - medido através do PIB *per capita* e o índice de abertura legal dos programas de investimento. A correlação entre o PIB *per capita* e o índice de abertura legal é forte e negativa (spearman rho: -0.744; p-value: 0.001). Tal sugere que os países que têm maior índice de abertura legal são os países que apresentam maior riqueza. Esta relação é significativa. Desta forma, os resultados dos testes de correlação tendem a confirmar a hipótese H5 relativamente à possível relação entre estes fatores. Não existindo relação de causalidade, a associação das dimensões leva a pensar que provavelmente os governos aprovam mecanismos mais abertos numa tentativa de captação de capital, uma vez que os seus países apresentam PIB *per capita* reduzido.

Analisando agora a hipótese H6, que considera as regras e confiança do estado de direito democrático e enuncia que os países com menor qualidade de estado de direito democrático são os países com maior abertura nos programas de investimento. Para medir a qualidade do estado de direito democrático utilizou-se o Rule of Law Index do Banco Mundial. O gráfico 12 mostra a relação entre o índice de abertura legal e o estado de direito.

Gráfico 12 - Relação entre o Índice de Abertura Legal e o Estado de Direito.



O gráfico 12 mostra que os países com programas de investimento mais restritos são os países com maior pontuação no Rule of Law Index, logo com maior qualidade do estado de direito democrático. Os países com menor qualidade do estado de direito democrático são os países maior abertura legal nos seus mecanismos. Mais uma vez surge como caso marginal a Irlanda e a explicação para o posicionamento deste país pode ser a mesma dada anteriormente e que se relaciona com os problemas financeiros que os países atravessaram e que podem ter induzido uma abertura legal dos respetivos programas de investimento numa tentativa de angariação de receita.

Assim, executou-se novamente um teste spearman rho, que devolveu um valor de correlação negativa muito forte e significativa (spearman rho: -0.860, p-value: 0.000), entre o índice global de abertura e o *Rule of Law*. Estes dados sugerem que os programas com maior índice de abertura legal são os exibidos pelos países que têm menor qualidade de estado de direito democrático. Enfatizando a não existência de relações de causalidade, provavelmente os executivos dos países com menor qualidade do estado de direito aprovam programas mais abertos por forma a captar mais investidores uma vez que as condições internas do país não são as mais acolhedoras no

que diz respeito ao fator em análise. Desta forma, os resultados obtidos tendem a confirmar a hipótese H6.

3.4 - Conclusão

Testadas as hipóteses, concluímos que o Índice de Abertura Legal dos programas de investimento é condicionado pelas características internas, os seus elementos constitutivos (requisitos e benefícios), mas também por fatores externos como o desenvolvimento socioeconómico e a qualidade de estado e de direito. Como descrito no capítulo anterior, certas dimensões influenciam fortemente o índice global como o montante de investimento, o espaço temporal de permanência no país e o direito concedido: dois requisitos e um benefício. Uma vista mais desarmada e precoce, ao considerar programas de investimento para imigrantes, considera de imediato dois indicadores: quanto o imigrante deve investir e qual o direito que lhe é concedido. O outro indicador, espaço temporal de permanência no país, é também preponderante pois influencia a mobilidade que o imigrante investidor pode usufruir. Outros fatores, externos aos programas de investimento, como o desenvolvimento socioeconómico e qualidade de estado de direito (medidos pelo *Rule of Law*, IDH e PIB *per capita*) também estão fortemente correlacionados vez que podem influenciar o legislador a construir soluções mais alargadas nos países com desempenhos socioeconómicos mais fracos e com menor qualidade de estado de direito, numa tentativa de angariação de recursos que possam efetivamente melhorar os resultados registados.

Capítulo 4 – Notas conclusivas

Os programas de investimento para imigrantes não são uma realidade nova, existem há mais de 30 anos (Singer & Galdes, 2014; Sumption & Hooper, 2014) em países como os Estados Unidos da América ou Dominica. Na última década, assistimos ao proliferar deste verdadeiro mercado, impulsionado por instabilidades políticas e económicas. A crise do mercado imobiliário, com início em 2008, e os vários conflitos registados na sequência da primavera árabe vieram alavancar este mercado (Carrera, 2014; Dzankic, 2015; Kalin, 2015; Sumption & Hooper, 2014). Mas esta é uma temática em constante evolução: com novos programas a surgir, como é o caso de Santa Lucia⁵⁹, país que lançou o programa em 2015, mas só começou a funcionar em 2016; com programas que foram cancelados ou suspensos, como é o caso do Canadá⁶⁰. Para a evolução e mutação desta realidade também contribui a reformulação dos programas de investimento. Como mecanismos de captação de investimento, esta alteração visa sobretudo a otimização da arquitetura legal com vista à majoração da criação de emprego, angariação de capital ou desenvolvimento das empresas (Committee, 2015; Singer & Galdes, 2014).

O trabalho aqui desenvolvido permitiu considerar uma abordagem diferente, comparativa aos programas de investimento. Foi efetuada uma análise sistemática da arquitetura legal destes mecanismos e, desta forma, perceber quais os elementos constitutivos mais importantes na sua construção e que mais influenciam a sua abertura legal. Compreendeu-se também que existem outros fatores, indicadores socioeconómicos, como o PIB *per capita*, o IDH ou a qualidade de estado de direito que afetam o desenho destas soluções, tentando os diferentes países moldar as suas ofertas de forma a alterarem a situação interna, com recurso a investimento proveniente dos programas de investimento, relativa a tais indicadores (Owen, 2014). Concluiu-se que os países e territórios mais desenvolvidos, como a Nova Zelândia, Austrália, Singapura, Hong Kong, E.U.A, França, Québec e Holanda proporcionam projetos de investimento mais restritos, mais voltados para o desenvolvimento empresarial e criação de emprego. Constituem, estes, um leque de países que face a realidade socioeconómica interna, têm a possibilidade de moldar os programas da forma mais proveitosa e adequada ao próprio país. Diferente realidade experimentam os países das Caraíbas, que descerram os seus

⁵⁹ Ver *Citizenship by Investment* disponível em <https://www.cipsaintlucia.com/> consultado a 10-10-2016.

⁶⁰ Ver *Immigrant Investor Program* disponível em <http://www.cic.gc.ca/english/immigrate/IIP-EN.asp> consultado a 27-10-2016.

programas por forma a captarem incentivos que necessitam, face aos escassos recursos de que dispõem. Países como Portugal, Espanha, Grécia e Letónia encararam estes instrumentos como uma solução para revitalizar o mercado imobiliário e claro a captação de investimento e financiamento das contas públicas, através da arrecadação de impostos. No programa português, verificando o tipo de concessões de autorizações de residência para investimento, pode afirmar-se que é um programa é essencialmente voltado para o imobiliário, tão elevada que é a percentagem de autorizações concedidas por este tipo de investimento. Chipre e Malta são países da União Europeia que construíram programas à semelhança dos países das Caraíbas: oferecem a cidadania a troco de “doações”, mas, nesses casos, o investimento é mais elevado e obriga ao cumprimento de outros requisitos.

O estudo desenvolvido enfrentou algumas dificuldades. A mais relevante foi a difícil recolha de dados. A polémica que envolve estes mecanismos (Carrera, 2014; Dzankic, 2015; Johnston, 2013; Sumption & Hooper, 2014) leva a que a informação necessária para estudo não esteja totalmente disponível em fonte aberta nem seja divulgada a pedido, conforme foi o caso. Solicitou-se informação, por correio eletrónico, a todas as entidades responsáveis por este tipo de programas e que fizeram parte da nossa amostra. Apenas recebemos resposta de 4 países. Também foi contactada Madeleine Sumption, Diretora do *Migration Observatory* da Universidade de Oxford, que confirmou que a informação disponibilizada institucionalmente é bastante limitada. Recebeu-se, também, resposta da Comissão Europeia, Gabinete do Comissário Dimitris Avramopoulos, informando que os programas de investimento não estão sobre a alçada nem harmonizados pela União Europeia e a mesma não monitoriza estas políticas. De fato, na sequência da polémica causada pela instauração do programa em Malta, o Parlamento emitiu a Resolução 2013/2995[RSP] em que clarifica que estes assuntos são da competência interna dos estados membros (Dzankic, 2015). Apesar desta Resolução, Malta e a Comissão Europeia encetaram conversações que levaram Malta a reformular o seu programa (Comission, 2014), inserindo um período prévio de residência antes da concessão de cidadania.

Esta falta de informação também se faz sentir, e aqui de forma mais acentuada, relativamente ao número de concessões ao abrigo destes programas, dados que poderiam permitir outra abordagem. Também a informação sobre as nacionalidades que mais recorrem a estes mecanismos é escassa. No entanto sabe-se que os cidadãos chineses lideram largamente este mercado (Bongardt & Neves, 2014; Carrera, 2014; Sumption & Hooper, 2014).

A referida falta de informação, também relativa a data de implementação dos programas, refletiu-se na possibilidade de análise da influência da orientação política (esquerda ou direita) dos executivos na implementação dos programas de investimento. Tendencialmente os governos de esquerda são mais abertos em questões de imigração e o contrário para os governos de direita. Mas será que, relativamente aos programas de investimento, o comportamento seria o mesmo? Temos esta informação para o caso português. Implementado em 2012, por um Governo de maioria à direita, apresenta alguma restritividade, segundo o índice de abertura legal aqui elaborado. Mas como seria para outros casos?

Durante a leitura da literatura disponível foi perceptível que os programas de investimento constituem um complexo mundo, no qual muito ainda pode ser investigado, com mais tempo e mais ferramentas. Do cruzamento de informações ressalta a existência de outras dimensões, bastante mais difíceis de pesquisar e quantificar, nos diferentes programas, como sejam: as diferentes taxas a pagar, a exigência de provar a proveniência do capital investido, o tempo de processamento do pedido, o regime fiscal de cada país, a exigência de entrevista, a exigência de falar o idioma do país, a possibilidade de recorrer a crédito bancário para financiamento dos investimentos, a existência de limites etários, a possibilidade de ter residência ou nacionalidade em outro país, a exigência de um certo nível de património além do investido, a existência de um limite às concessões. Tão complexa é esta realidade que não se descarta a hipótese de existirem outras características que afetem a construção deste tipo de programas.

Termina-se com o pensamento da contribuição dada pelo presente trabalho numa área onde muito há ainda para pesquisar e investigar.

Bibliografia

- Andrade Martins, G. (2006). Ensino e Pesquisa Sobre Confiabilidade e Validade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 8, 1–12.
- Arendt, H. (1972). *The Origins of Totalitarianism*. New York: Heinemann.
- Barbulescu, R. (2014). Global mobility corridors for the ultra rich. The neoliberal transformation of citizenship. In A. Shachar & R. Baubock (Eds.), *Should Citizenship be for Sale?* (pp. 15–16). Florença: European University Institute.
- Baubock, R. (2014). What is wrong with selling citizenship? It corrupts democracy! In A. Shachar & R. Baubock (Eds.), *Should Citizenship be for Sale?* (pp. 19–21). Florença: European University Institute.
- Blanchard, O. J., Griffiths, M., & Gruss, B. (2013). Boom, Bust, Recovery: Forensics of the Latvia Crisis/Comments and Discussion. *Brookings Papers on Economic Activity*, 325–388. <https://doi.org/10.1353/eca.2013.0015>
- Bongardt, A., & Neves, M. S. (2014). *The Chinese Business Community at a crossroads between crisis response and China's assertive global strategy The case of Portugal*. San Domenico di Fiesole.
- Borjas, G. J. (2001). *Heaven's door: immigration policy and the American economy*. Princeton, NJ/Oxford: Princeton University Press.
- Buckley, F. H. (1996). The political economy of immigration policies. *International Review of Law and Economics*, 16(1), 81–99. [https://doi.org/10.1016/0144-8188\(95\)00056-9](https://doi.org/10.1016/0144-8188(95)00056-9)
- Carrera, S. (2014). *How much does EU citizenship cost? The Maltese citizenship-for-sale affair: A breakthrough for sincere cooperation in citizenship of the union? CEPS Paper in Liberty and Security in Europe* (Vol. 64). Brussels,. Retrieved from citeulike-article-id:13208844
- Castles, S., & Miller, M. J. (2009). *The age of migration: international population movements in the modern world* (4th ed.). UK: Palgrave MacMillan.
- Cohen, R. (2005). Globalização, migração internacional e comopotitismo quotidiano. In A. Barreto (Ed.), *Globalização e Migrações* (Imprensa d, pp. 25–43). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Comission, E. (2014). Joint Press Statement by the European Commission and the Maltese Authorities on Malta 's Individual Investor Programme (IIP). Brussels.
- Committee, M. A. (2014a). *Investment thresholds and economic benefits*. London, UK: Migration Advisory Committee.
- Committee, M. A. (2014b). *Tier 1 (Investor) route* (Vol. 1). Londres.

- Committee, M. A. (2015). *Review of the Tier 1 Entrepreneur and Graduate Entrepreneur routes*. Londres.
- Contact Singapore. (n.d.). Global Investor Programme. Singapura.
- Costa, P. M. (2004). *Políticas de Imigração e as Novas Dinâmicas da Cidadania em Portugal*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Dapontas, D. (2011). *Currency crises: the case of Hungary (2008 - 2009)* (Vol. 13). Atenas.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). Iron Cage Revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147–160.
- Division, E. (2014). *Evaluation of the Federal Business Immigration Program*. Montreal.
- Dzankic, J. (2012). *The Pros and Cons of Ius Pecuniae: Investor citizenship in comparative perspective*. *EUI Working Papers* (Vol. 14). Florença.
- Dzankic, J. (2014). The Maltese Falcon, or: my Porsche for a Passport. In A. Shachar & R. Baubock (Eds.), *Should Citizenship be for Sale?* (pp. 17–18). Florença: European University Institute.
- Dzankic, J. (2015). *Investment-based citizenship and residence programmes in the EU* (No. RSCAS 2015/08). *EUI Working Papers* (Vol. 8). San Domenico di Fiesole.
- Epifânio, T. T. (2013). *Nacionalidade x Cidadania: Uma análise do Tratado de Cooperação e Amizade entre Brasil e Portugal*. Campina Grande.
- European Migration Network. (2016). *EMN Ad-Hoc Query on Residence permits for foreign investors*. Brussels.
- Gambler, R., & Seto, J. B. (2015). *Immigrant Investor Additional Actions Needed to Better Assess Fraud Risks and Report Economic Benefits*. Washington.
- Gravelle, J. G. (2015). *Tax havens: International tax avoidance and evasion. Corporate and International Taxation: Analyses and Reforms*. Washington. <https://doi.org/10.2307/41790645>
- Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., & Perraton, J. (1999). *Global transformations: politics, economic and culture*. Cambridge, MA: Polity.
- Henley & Partners. (2016). *Global Residence and Citizenship Programs 2016*. Zurique: Ideos Publications, Ltd.
- Ilija, V. I. (2011). *An Analysis of the Concept of Citizenship: Legal, Political and Social Dimensions*. Universidade de Helsínquia.
- Immigration, U. V. &. (2015). *Tier 1 (General) of the Points Based System – Policy Guidance. Tier 1 (Investor)* (Vol. 1). Londres.

- Jahan, S. (2015). *Human Development Report 2015 Work for Human Development*. Nova York.
- Jakson, J. A. (1991). *Migrações*. Lisboa: Escher.
- Johnson, J. B., & Reynolds, H. T. (2011). *Political Science Research Methods*. (C. Press, Ed.) (7th editio, Vol. 28). SAGE Publications.
- Johnston, L. M. (2013). A Passport at Any Price? Citizenship by Investment through the Prism of Institutional Corruption. *Edmond J. Safra Working Papers*, (22), 1–23.
- Kalin, C. H. (2015). *Global residence and citizenship handbook* (5th editio). Zurique: Ideos Publications, Ltd.
- Lechner, E. (2010). *Migração e conflito*. Coimbra: Angelus Novus, Editora.
- Lee, E. S. (1969). A theory of migration. In J. A. Jackson (Ed.), *Migration* (pp. 282–297). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lewis, V. A., Andrew, M., & Deterville, G. (2015). *Establishment of a Global Residence and Citizenship Programme*. Santa Lucia.
- Magni-Berton, R. (2014). Citizenship for those who invest into the future of the state is not wrong, the price is the problem. In A. Shachar & R. Baubock (Eds.), *Should Citizenship be for Sale?* (pp. 11–12). Florença: European University Institute.
- Markus, A., Jupp, J., & Mcdonald, P. (2009). *Australia's immigration revolution*. (A. & Unwin, Ed.). Crows Nest: Griffin Press.
- Matias, G. S. (2014). *Migrações e cidadania*. (R. de Á. Editores, Ed.). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- McCrone, D., & Kiely, R. (2000). Nationalism and Citizenship. *Sociology*, 34(1), 19–34. <https://doi.org/10.1017/S0038038500000031>
- Mcgregor, J. (1994). *The Presidency in East Central Europe*. Retrieved from <http://glennschool.osu.edu/faculty/brown/Failed States Readings/The Presidency>
- McKay, J., & Whitelaw, J. S. (1977). The role of large private and government organisations in generating flows of inter-regional migrants: the case of Australia. *Economic Geography*, 53(1), 28–44.
- Mesquita, R. (2014). *Portugal o novo “paraíso fiscal” para os estrangeiros – regime fiscal dos residentes não habituais e os golden visas*. Universidade Católica de Lisboa.
- Ochoa, P. (2014). What Money Cant Buy: Face to Face Cooperation and Local Democratic Life. In A. Shachar & R. Baubock (Eds.), *Should Citizenship be for Sale?* (pp. 23–24). Florença: European University Institute.
- Owen, D. (2014). Trading citizenship, human capital and the European Union. In A. Shachar & R. Baubock (Eds.), *Should Citizenship be for Sale?* (pp. 31–32). Florença:

- European University Institute.
- Perruchoud, R., & Redpath-Cross, J. (2011). Glossary on Migration. *International Migration Law*, 25, 1–118. <https://doi.org/ISSN 1813-2278>
- Porta, D. Della. (2005). Globalizations and democracy. *Democratization*, 12(5), 668–685. <https://doi.org/10.1080/13510340500322140>
- Ravenstein, E. G. (1885). The laws of migration. *Journal of the Statistical Society*, (48), 167–235.
- Ravenstein, E. G. (1889). The laws of migration. *Journal of the Statistical Society*, (52), 241–305.
- Reich, S. (1998). What is globalization? Four possible answers. Kellogg Institute. The Helen Kellogg Institute for International Studies.
- Shachar, A. (2014). Dangerous Liaisons: Money and Citizenship. In A. Shachar & R. Baubock (Eds.), *Should Citizenship be for Sale?* (pp. 3–8). Florença: European University Institute.
- Shachar, A., & Baubock, R. (2014). Should Citizenship Be for Sale? *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2380665>
- Shimizu Clemente, A., & Pereira do Nascimento, B. (2011). Direitos Humanos: O Direito À Nacionalidade Como Um Pressuposto Fundamental Da Cidadania. *Orbis Revista Científica*, 1(2).
- Singer, A., & Galdes, C. (2014). *Improving the EB-5 Investor Visa Program* : Washington DC.
- Spiro, P. (2014). *Cash for passports and the end of citizenship. Should Citizenship be for Sale?* Florença.
- Sumption, M., & Hooper, K. (2014). *Selling visas and citizenship: policy questions from the global boom in investor immigration*. Washington: Migration Policy Institute.
- Tansey, O. (2007). Process tracing and elite interviewing: A case for non-probability sampling. *PS: Political Science and Politics*, 40(4), 765–772. <https://doi.org/10.1017/Si049096507071211>
- Trindade, M. B. R. (1995). *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Venturini, A. (2004). *Postwar Migration in Southern Europe - 1950-2000- An Economic Analysis*. New York: Cambridge University Press.

Anexo 1 – Tabela de Codificação do Índice de Abertura Legal

Requisitos	A	Possíveis formas de Investimento
	B	Montante de investimento
	C	Espaço temporal de investimento exigido
	D	Exigência de experiência prévia em investimentos
	E	Período mínimo anual de permanência física no país
Benefícios	F	Validade temporal do direito concedido
	G	Direito concedido
	H	Possibilidade de reagrupamento familiar

	Requisitos					Benefícios			Total
Países	A	B	C	D	E	F	G	H	24
Antígua e Barbuda	3	3	3	3	2	3	3	3	23
Granada	2	3	3	3	3	3	3	3	23
Dominica	2	3	3	3	3	3	3	3	23
São Cristóvão e Nevis	2	2	3	3	3	3	3	3	22
Chipre	3	1	1	3	3	3	3	3	20
Irlanda	3	2	3	3	3	2	1	3	20
Malta	1	1	1	3	3	3	3	3	18
Grécia	2	2	1	3	3	2	2	3	18
Espanha	3	2	2	3	2	2	1	3	18
Hungria	1	2	1	3	3	2	2	3	17
Letónia	2	2	1	3	3	2	1	3	17
Portugal	3	2	1	3	2	1	1	3	16
Hong Kong	3	1	2	3	1	2	1	3	16
França	2	1	1	3	1	3	1	3	15
EUA	1	2	2	3	1	2	1	3	15
Holanda	2	1	2	3	1	1	1	3	14
Reino Unido	2	1	1	3	1	2	1	3	14
Nova Zelândia	2	2	1	2	1	2	1	3	14
Austrália	3	1	1	1	1	2	1	3	13
Québec	1	2	1	1	1	2	2	3	13
Singapura	2	1	1	1	1	2	2	3	13

Anexo 2 – Fontes de informação, por país, para codificação dos indicadores.

Antigua & Barbuda

Citizenship by Investment Act 2013.

Citizenship by Investment (Amendment) Regulations 2013.

Antigua and Barbuda Citizenship by Investment Regulations 2014.

Ver *Citizenship by Investment* em

<http://cip.gov.ag/citizenship/> consultado a 25-08-2016.

Austrália

Migration Regulations 1994; Statutory Rules No. 268, 1994; made under the Migration Act 1958.

Ver *Business Investment Visa* em

<http://www.border.gov.au/Trav/Visa-1/188-> consultado a 25-08-2016.

<https://www.loc.gov/law/help/investor-visas/australia.php> consultado a 25-08-2016.

Chipre

Scheme for Naturalisation of Investors in Cyprus by Exception on the basis of subsection (2) of section 111A of the Civil Registry Laws of 2002-2013.

Ver *Scheme for Naturalisation of Investors in Cyprus by Exception* em

<http://www.moi.gov.cy/moi/moi.nsf/All/1562764E412F7B6DC2257B80005235CF>

consultado a 22-09-2016.

Dominica

Citizenship by Investment Programme - Section 101 of the Constitution and Sections 8 and 20 (1) of the Citizenship Act.

Ver *Citizenship by Investment Programme* em

<http://cbiu.gov.dm/citizenship/> consultado a 25-08-2016.

Espanha

Ley 14/2013, de 27 de septiembre, de apoyo a los emprendedores y su internacionalización.

Ver *Autorización de Residencia para Inversor* em

<http://www.investinspain.org/invest/es/invertir-en-espana/programa-de-residencia-ley-de-emprendedores/index.html> consultado a 22-09-2016.

Informação obtida por resposta ao questionário enviado. Resposta recebida de ICEX Invest in Spain, Ministry of Economic Affairs and Competitiveness.

E.U.A.

Immigration and Nationality Act (INA), 1990, sections 203(b)(5) and 216A

Ver *EB-5 Visa/Program* em

<https://www.uscis.gov/working-united-states/permanent-workers/employment-based-immigration-fifth-preference-eb-5/about-eb-5-visa> consultado a 25-08-2016.

<https://www.uscis.gov/sites/default/files/USCIS/Laws/Memoranda/2013/May/EB-5%20Adjudications%20PM%20%28Approved%20as%20final%205-30-13%29.pdf>

consultado a 25-08-2016.

França

Décret no 2009-1114 du 11 septembre 2009 relatif à la carte de résidente délivrée pour une contribution économique exceptionnelle.

Ver *Residence permit - exceptional economic contribution* em

<http://www.immigration-professionnelle.gouv.fr/en/proc%C3%A9dures/fiche/residence-permit-exceptional-economic-contribution?highlight=economic%2Bcontribution> consultado a 24-09-2016.

Grécia

Lei 4146/2013.

Ver *Residence Permit in Greece by real estate acquisition or strategic investment* em

http://www.enterprisegreece.gov.gr/files/Pdf/residence_permits_October_2014/Residence_Permits_Guide_EN.pdf consultado a 24-09-2016.

Informação obtida por resposta ao questionário enviado. Resposta recebida de Fotini Nakou, *Investment Promotion Unit, Invest in Greece*.

Granada

2013 Grenada Citizenship by Investment Act 15.

Ver *Citizenship by Investment* em

<http://www.cbi.gov.gd/> consultado a 25-08-2016.

Holanda

Ver *Foreign investor* em

<https://ind.nl/EN/individuals/residence-wizard/wealthy-foreign-national> consultado a 25-09-2016.

http://investinholland.com/nfia_media/2015/05/Work-and-Residence-Permits.pdf

consultado a 25-09-2016.

Hong Kong

Ver *Capital Investment Entrant Scheme* em

http://www.immd.gov.hk/eng/services/visas/capital_investment_entrant_scheme.html

Consultado a 28-08-2016.

[http://www.immd.gov.hk/pdforms/id\(e\)968.pdf](http://www.immd.gov.hk/pdforms/id(e)968.pdf) consultado a 28-08-2016.

Hungria

Informação obtida por resposta ao questionário enviado. Resposta recebida de Nyilas Dániel, Office of Immigration and Nationality, Department of International Affairs, International Relations Unit.

Irlanda

Ver *Immigrant Investor Programme* disponível em

<http://www.inis.gov.ie/en/inis/pages/new%20programmes%20for%20investors%20and%200entrepreneurs> consultado a 29-08-2016.

<http://www.inis.gov.ie/en/INIS/Immigrant%20Investor%20Programme%20Guidelines%202014.pdf/Files/Immigrant%20Investor%20Programme%20Guidelines%202014.pdf>

consultado a 29-08-2016.

Letónia

Informação obtida por resposta ao questionário enviado. Resposta recebida de Ilze Briede, Head of Migration Division, Office of Citizenship and Migration Affairs, Ministry of Interior.

Malta

MALTESE CITIZENSHIP ACT (CAP. 188) Individual Investor Programme of the Republic of Malta Regulations, 2014.

Ver *Individual Investor Programme* em

<http://iip.gov.mt/> Consultado a 30-08-2016.

Nova Zelândia

Ver *Investor Resident Visa* em

<http://onlineservices.immigration.govt.nz/opsmanual/index.htm> consultado a 05-09-2016.

<https://www.immigration.govt.nz/new-zealand-visas/options/start-a-business-or-invest/explore-business-and-invest-visas> consultado a 05-09-2016.

Portugal

Ver Autorização de Residência para Investimento em

Lei 29/2012, de 9 de agosto – Lei de Estrangeiros.

Despacho MNE/MAI n.º 11820-A/2012, de 4 de setembro – Regime ARI.

Despacho MNE/MAI n.º 1661-A/2013, de 28 de janeiro – Regime ARI.

Portaria n.º 305 A/2012, de 4 de outubro – Taxas ARI.

Québec

Ver *Investor Program* em

<http://www.immigration-quebec.gouv.qc.ca/en/immigrate-settle/businesspeople/applying-business-immigrant/three-programs/investors/> consultado a 20-08-2016.

Reino Unido

Ver *Tier 1 – Investor Visa* em

<https://www.gov.uk/tier-1-investor> consultado a 06-09-2016.

https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/285220/Tier1investmentRoute.pdf consultado a 06-09-2016.

Singapura

Ver *Global Investor Programme* disponível em

<https://www.contactsingapore.sg/en/investors-business-owners/invest-in-singapore/global-investor-programme/> consultado a 09-09-2016.

<https://www.contactsingapore.sg/Media/ContactSingapore/EN/Investors%20and%20Business%20Owners/Invest%20in%20Singapore/Global%20Investor%20Programme/Global-Investor-Programme-Factsheet-EN-29-Mar-2016.pdf> consultado a 09-09-2016.

São Cristovão e Nevis

Ver *St. Kitts & Nevis citizenship-by-investment program* disponível em <http://www.ciu.govt.kn/> consultado a 09-10-2016.

Human Development Index

Medido pelo Human Development Report 2015, das Nações Unidas (Jahan, 2015)

Rule of Law

Medido pelos World Governance and Development Indicators do World Bank em <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=worldwide-governance-indicators> consultado a 20-10-2016.

PIB PC

Medido pelos World Governance and Development Indicators do World Bank em <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=worldwide-governance-indicators> consultado a 20-10-2016.

Anexo 3 – Questionário enviado às autoridades/agências governamentais.

To _____ Immigration/Citizenship authorities,

My name is Jorge Loureiro and I am currently conducting my MSc research at the University of Aveiro (Portugal). In my research, I intend to analyze the investor programs/golden visa in a comparative perspective. Investor Programs allow foreigners to obtain residence permits or citizenship, in exchange for a large (financial) investment in a country.

In order to entail such a comparative endeavor, I need some information regarding the operational functioning (through the details of national legislation) of these investor programs. However, it is not easy to find the legislation and data online, in open sources This is why I am contacting you.

I would be very thankful if could help me at this stage of my research and send me the current legal framework in your country. Also, I would kindly ask you to fill in the short questions below, reporting to your country. Please feel free to answer informally.

How many kinds/ways/solutions of investment (donations, real estate, private companies, etc) does the program in country allows?	
Which is the minimum amount of investment/donation?	
How much time (minimum) does the applicant must keep the investment?	
Does the program require that the applicant has previous experience in investments?	
Which is the minimal mandatory stay period inside the country, after the residence permit/citizenship being granted?	
The investor program in COUNTRY grants residence permits or citizenship? In case of citizenship, its full and immediate citizenship with full rights?	
For how long are the residence/citizenship permits granted?	
The investor program in COUNTRY allows immediately familiar reunion?	
Is it possible to provide us with an estimation of the number of residence permits/citizenships	

that were granted in 2013 and 2014?	
-------------------------------------	--

These data are very important to my research and I am thankful for your time and insights. All the contributions from all the countries/departments will be dully acknowledged in the thesis.

If you think this is difficult for you, could you provide me with contact details of someone you know and who could help me?

Looking forward to hearing from you,

Best Regards

Jorge Loureiro